

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Relatório de Estágio em Tradução: Reflexões sobre tradução
jurídica e questões práticas de tradução

Beatriz de Freitas de Sousa Camps

Relatório de Estágio orientado pelo Prof. Dr. Telmo Mória, especialmente
elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Tradução

2019

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma reflexão sobre problemas concretos, práticos e teóricos, relacionados com a atividade de tradução levada a cabo durante o estágio realizado no Departamento de Assuntos Jurídicos do MNE entre outubro de 2017 e março de 2018. O trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, é apresentada a entidade de acolhimento e os seus principais projetos. No segundo capítulo, são analisadas brevemente algumas questões teóricas relevantes para a prática da tradução jurídica, relacionadas com as atividades desenvolvidas durante o estágio. No terceiro e último capítulo, dou conta do trabalho prático realizado em contexto de estágio e dos recursos utilizados e apresento uma seleção de casos que considere representativos das dificuldades de tradução mais comuns ou interessantes presentes nos textos trabalhados. Os casos práticos discutidos – que ilustram as especificidades da tradução jurídica discutidas no segundo capítulo – são tipificados de acordo com as propostas de Chesterman (2016).

Palavras-chave: tradução; tradução jurídica; Chesterman.

ABSTRACT

This is a study of practical and theoretical cases related to translation tasks carried out within the internship in Legal Translation for the Legal Affairs Department of the Ministry of Foreign Affairs from October 2017 until March 2018. After presenting the entity host and its main projects, I explore some relevant topics to the legal translation area and its practice. Finally, I gather a few examples of translation problems encountered during the internship and discuss them according to Chesterman's strategies (2016).

Keywords: translation; legal translation; Chesterman.

Agradecimentos

Gostaria de expressar o meu agradecimento ao Prof. Dr. Telmo Mória pelo precioso apoio, paciência e tempo que devotou à leitura deste trabalho. De igual forma, agradeço à Dra. Sofia Favila-Vieira por todos os ensinamentos e pelo permanente apoio disponibilizado durante e depois do estágio.

Agradeço aos docentes do Mestrado em Tradução por tudo o que me ensinaram e pelo entusiasmo contagiante acerca do mundo da Tradução que sempre demonstraram.

Agradeço aos membros do DAJ-MNE, na pessoa do Dr. Mateus Kowalski e da Dra. Susana Vaz Patto, pela simpatia com que me receberam e recebem todos os estagiários e pela oportunidade de estágio concedida, e agradeço, em particular, ao núcleo de tradução pelo acompanhamento e interesse demonstrados.

Aos meus colegas de estágio, Mariana, Maria, Sónia, Marília e Pedro, pela sua boa disposição e pela companhia.

Índice

Capítulo 1 — A Entidade de Acolhimento: o Ministério dos Negócios Estrangeiros	5
1.1 O Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ)	6
1.2 A Área de Tradução	7
Capítulo 2 — A tradução jurídica	19
2.1. Tradução técnica e especializada	19
2.2 Características da tradução jurídica e principais dificuldades.....	20
2.2.1 A linguagem jurídica	27
2.2.2 O tradutor jurídico.....	33
2.3 A equivalência na tradução jurídica.....	36
2.4 As teorias da tradução	38
2.5 Tradução Institucional	43
2.6 Tradução e Terminologia.....	55
2.7 Tradução para língua não materna.....	58
Capítulo 3 – Questões linguísticas de tradução.....	61
3.1 Tarefas realizadas durante o estágio.....	61
3.2 Recursos utilizados: processamento de texto, recursos eletrónicos <i>online</i> , em rede, recursos em papel..	62
3.3 Análise tipificada de problemas de tradução à luz das estratégias de tradução de Chesterman.....	64
3.3.1 Questões sintáticas	66
3.3.2 Questões semânticas e lexicais	80
3.3.3 Questões pragmáticas	93
Conclusão.....	96
Bibliografia	96

Capítulo 1 — A Entidade de Acolhimento: o Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Ministério dos Negócios Estrangeiros «é o departamento governamental que tem por missão formular, coordenar e executar a política externa de Portugal¹». Cabe-lhe assegurar a representação do Estado português no estrangeiro, mediante a sua rede externa de embaixadas, missões e representações permanentes e missões temporárias e postos consulares.

Instalado no Palácio das Necessidades desde a década de 50, o Ministério dos Negócios Estrangeiro teve como primeiro antecessor a Secretaria de Estado criada por D. João IV depois da Restauração de 1640, competindo-lhe

«a correspondência com os príncipes estrangeiros em matéria de paz e de guerra, a negociação de tratados, contratos, casamentos e alianças, assim como o envio de instruções e avisos aos embaixadores e outros agentes diplomáticos, quer se encontrassem no Reino, quer fora dele».²

Mais tarde, com a reorganização da Administração levada a cabo no reinado de D. João V, tomou a designação de Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Apenas em 1822 se daria a separação definitiva daqueles dois ramos da Administração Pública, confirmada por Carta de Lei de 12 de junho de 1822 e por Alvará de 30 de setembro de 1828. Foi posteriormente à implantação da República, em 5 de outubro de 1910, que a Secretaria passou a Ministério.

Entre as principais atribuições deste Ministério, elencadas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de dezembro, encontram-se: a defesa e promoção dos interesses portugueses no estrangeiro; a condução e coordenação da participação portuguesa no processo de construção europeia; a proteção dos cidadãos portugueses no estrangeiro e o apoio às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo; a defesa e a promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro; a promoção da lusofonia etc. Na prossecução das suas atribuições, o Ministério dos Negócios

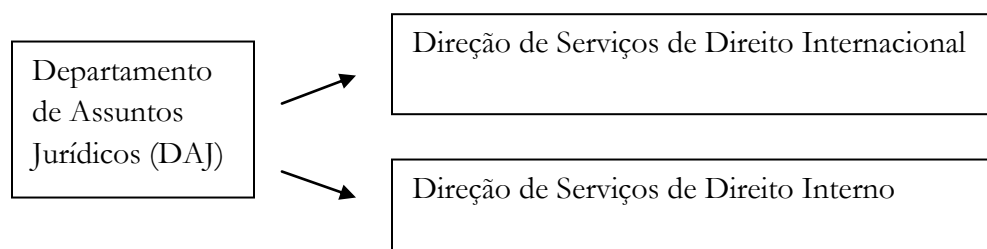
¹ Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro (Aprova a Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros); Decreto-lei 117/2007, de 27 de Abril (Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como o quadro de pessoal dirigente)

² <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4227811>

Estrangeiros conta com os serviços e organismos integrados na administração direta e indireta do Estado, órgãos consultivos e outras estruturas (art. 3.º DL 121/2011).

1.1 O Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ)

O estágio decorreu na Área de Tradução do Departamento de Assuntos Jurídicos. Este departamento é uma das quatro unidades orgânicas que integram a Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, serviço da administração direta do Estado. De acordo com a lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aprovada pelo Decreto-lei 117/2007, de 27 de abril, e atualizada pela Portaria 33/2012 de 31 de janeiro, o DAJ estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:



O Decreto-Lei n.º 56/94 de 24 de fevereiro, que estabelecia a orgânica do Departamento de Assuntos Jurídicos, contemplava a existência de um Núcleo de Tradutores Oficiais (art. 4.º c) e art. 7.º), ao qual cometia «verter, com a maior fidelidade possível, para as línguas dos diferentes países onde tenham de produzir efeitos, os documentos oficiais portugueses e, também, traduzir ou autenticar traduções para português de documentação oficial estrangeira que deva produzir efeitos em Portugal».

Com a Portaria 504/2007 de 30 de abril, que estabelece a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e as competências das respetivas unidades orgânicas, desaparece a referência ao Núcleo de Tradutores Oficiais, que passa a ser designado por «Núcleo de Traduções de Convenções Internacionais», sob dependência direta do diretor do Departamento de Assuntos Jurídicos (art.º 2.º n.º 5).

Mais recentemente, com a Portaria 33/2012, o Núcleo de Traduções de Convenções Internacionais desaparece, referindo-se apenas na alínea k) do art.º 9.º:

«À Direção de Serviços de Direito Internacional, abreviadamente designada por DIP, compete: k) Assegurar a tradução dos documentos que se revele necessária à prossecução das atribuições do serviço, designadamente tratados e acordos internacionais.»

1.2 A Área de Tradução

Área de Tradução é a designação atual da equipa que assegura as necessidades de tradução dentro do Departamento de Assuntos Jurídicos. Tem como missão auxiliar o DAJ na prossecução das suas funções, mediante a tradução de documentos e o apoio linguístico.

Liderada pela Dr.^a Sofia Favila Vieira, a área de tradução é composta por dois tradutores permanentes, linguistas e especializados na área jurídica, e por estagiários, nunca em número superior a dois.

Além da tradução de instrumentos de direito internacional (convenções, protocolos, memorandos e acordos, notificações entre organismos e ministérios, etc.), a Área de Tradução é responsável pela tradução de documentos de trabalho, quer para uso interno do departamento, quer para uso diplomático ou por funcionários em missão no estrangeiro.

Cabe-lhe não apenas a tradução, retroversão e revisão de documentos, mas também a revisão e a uniformização de terminologia. Desempenha ainda funções de consultoria linguística e é responsável pelo desenvolvimento de glossários, no âmbito de projetos que adiante serão mencionados.

As línguas de trabalho são o inglês, o francês, o alemão e o espanhol, sendo que a maior parte dos textos de partida são escritos em francês ou em inglês, duas das línguas de trabalho da União Europeia.

Circuito da tradução

Os documentos chegam à Área de Tradução por intermédio do diretor da Direção de Serviços de Direito Internacional. Depois de traduzidos e revistos pela Área de Tradução, e dependendo do tipo de documento, podem ser sujeitos a uma revisão científica.

Consoante o documento seja vinculativo no ordenamento jurídico ou não, será enviado para publicação.

Recursos utilizados pela Área de Tradução

A Área de Tradução tem à sua disposição uma pequena biblioteca de dicionários monolíngues e bilingues, dicionários de especialidade, glossários e outras obras de referência. Além dos recursos em papel, a Área de Tradução tem à sua disposição recursos eletrónicos, sejam aqueles disponíveis mediante acesso *online*, sejam o arquivo de traduções passadas disponíveis em pastas partilhadas em rede.

Na pasta de tradução, as traduções já efetuadas são arquivadas em pastas identificativas do tipo de documento traduzido. A consulta de traduções passadas é essencial para manter a coerência terminológica ao longo do tempo do mesmo tipo de documento. Contudo, a ocorrência de um termo numa tradução passada e arquivada não é só por si legitimadora de determinada solução de tradução. Isto porque, por um lado, o texto original não é arquivado, não tendo o tradutor acesso ao texto original de forma imediata (o que mais facilmente permitiria a comparação de textos paralelos), e porque, por outro lado, as equivalências não são estáticas e podem ser revistas e alteradas ao longo do tempo³.

A par de programas de processamento de texto, como o Word, é utilizado o Excel para a construção de glossários bilingues. Não são utilizadas ferramentas de tradução assistida por computador, embora a Área de Tradução esteja a considerar o seu uso para a construção de recursos terminológicos.

³ Cf. Caso exemplificativo de Direitos Humanos vs. Direitos do Homem, página 91.

Jurislingue

O Jurislingue é um dicionário jurídico multilingue *online*⁴. Surgiu em 2006 da vontade e dedicação ao serviço público dos funcionários públicos⁵ e

«[...] caracteriza-se pela procura de uma terminologia consistente e harmonizada, bem como pela ambição de ser uma fonte de informação gratuita, partilhada e em atualização permanente[...]»⁶

A vontade de dotar os serviços do Estado deste tipo de ferramentas surge depois dos resultados satisfatórios do Programa TRADAUT-PT, desenvolvido entre 2000 e 2003 pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o Centro de Informática e Tecnologias de Informação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, o Centro de Linguística daquela universidade, o Instituto Camões e a empresa Systran. O programa tinha por objetivo dotar a Administração Pública de uma nova ferramenta de trabalho e foi bem recebido por diversos organismos públicos que nele viram grande utilidade.

O Jurislingue, por sua vez, procura contribuir para a recolha e sistematização da terminologia utilizada pelas várias entidades participantes, aproveitando o seu conhecimento e pondo-o à disposição do público. Além do Departamento de Assuntos Jurídicos (MNE), participam no Jurislingue:

- o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, pelo Ministério da Administração Interna;
- o Centro Jurídico, pela Presidência do Conselho de Ministros;
- o Gabinete de Relações Internacionais, a Inspeção-Geral dos Serviços da Justiça, a Polícia Judiciária e o Instituto de Registos e Notariado, pelo Ministério da Justiça;
- o Gabinete de Documentação e Direito Comparado e a Divisão de Documentação e Informação, pela Procuradoria-Geral da República.

⁴ Atualmente indisponível para consulta devido a uma reforma das páginas do Estado que está a ser levada a cabo a fim de garantir uma maior segurança dos dados.

⁵ Vieira, Sofia Favila e João Filipe Faca, “Jurislingue — um dicionário jurídico multilingue electrónico” in *a folha*, n.º 35, Primavera de 2011.

⁶ Vieira, Sofia Favila, e João Filipe Faca, Constança da Câmara Bobone, *Jurislingue : dicionário jurídico multilingue electrónico: uma ferramenta criada no seio da administração pública*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF, 2010. (Migrações Século XXI ; 4)

O Jurislingue permite pesquisas em sete idiomas — português, francês, inglês, alemão, neerlandês, espanhol e italiano — em três secções diferentes — Terminologia, Organismos e Instrumentos Bilaterais/Multilaterais. Contém ainda termos de catorze áreas do Direito:

- Direito Internacional
- Direito Comunitário
- Direito Constitucional
- Princípios Jurídicos
- Direito Internacional Privado
- Direito Civil
- Direito Penal
- Direito dos Estrangeiros
- Direito Administrativo e Fiscal
- Direito Financeiro
- Direito Comercial
- Direito do Trabalho e da Segurança Social
- Organização Judiciária e Processual
- Terminologia comum às diversas áreas do Direito.

É de referir também, no que respeita à língua portuguesa, que há entradas registadas segundo a grafia de ambos os acordos ortográficos ainda em uso (o Acordo de 1945 e o Acordo de 1990, geralmente designado Novo Acordo Ortográfico)⁷.

O perfil do utilizador do Jurislingue é variado. Por um lado, esta ferramenta destina-se a auxiliar o tradutor ou linguista interessado em estabelecer equivalências entre diferentes sistemas jurídicos, ou em se informar sobre determinadas figuras e conceitos jurídicos. Por outro, pretende igualmente ser útil ao jurista confrontado com problemas linguístico-jurídicos. Tem ainda o intuito de ser útil a qualquer cidadão falante de uma das línguas disponibilizadas, e por isso privilegia nos seus textos a adoção de uma linguagem clara e explicativa.

⁷ Com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 32/73 de 6 de fevereiro.

Trad-iure

O Trad-iure é um glossário jurídico disponibilizado na página inicial do [Diário da República online](#), na qual surge designado por «Tradutor Jurídico». Disponibiliza termos em cinco idiomas — português, francês, inglês, alemão e espanhol — de treze áreas do Direito:

Administrativo/Fiscal, Civil, Comercial, Constitucional/Princípios Jurídicos, Direito dos Estrangeiros (Fronteiras, Asilo, Imigração), Direito Internacional Privado, Financeiro/Economia, Internacional/Comunitário, Organização Judiciária/Processual, Penal, Terminologia Geral, Trabalho e Segurança Social, Desporto

Em 2010, foi lançado o programa governamental SIMPLEGIS, que visava essencialmente simplificar a legislação, melhorar a sua aplicação e garantir a cidadãos e empresas um acesso mais fácil à mesma⁸. Neste âmbito, as entidades participantes no projeto Jurislingue foram convidadas, em maio de 2010, a desenvolver uma funcionalidade, então definida como Glossário Jurídico.⁹ A mudança governativa em junho de 2011 ditou, contudo, o adiamento do lançamento da ferramenta, embora o projeto tenha continuado a ser desenvolvido pelo referido grupo.

Em setembro de 2014, a INCM anunciou uma nova fase para o Diário da República Eletrónico. Entre as novidades introduzidas, referia-se a disponibilização de um glossário jurídico a todos os assinantes¹⁰. À data do seu lançamento, falava-se num total de cerca de 17 mil termos, distribuídos por várias áreas do Direito, salientando-se também a característica de ser uma ferramenta sujeita a «atualização permanente».

Embora em 2006, já se anunciasse o acesso universal e gratuito ao Diário da República Eletrónico¹¹, seria apenas em dezembro de 2016¹² que se acabaria com a divisão entre assinantes e não assinantes e, portanto, que o DRE passaria de facto a ser integralmente de acesso livre, e com ele o Trad-iure.

⁸ <http://www.dgpi.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/avaliacao-do-impacto/anexos9170/programa-simplegis/>

⁹ A folha, n.º 37, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha37_pt.pdf

¹⁰ Revista Matriz da INCM, <https://www.incm.pt/portal/arquivo/matriz/201412.pdf>

¹¹ https://dre.pt/pesquisa/-/search/548241/details/normal?p_p_auth=zw3HWrZU

¹² Decreto-Lei n.º 83/2016, https://dre.pt/home/-/dre/105371771/details/maximized?p_auth=W6GZTAoK

Atualmente há um tradutor que se dedica quase em exclusividade ao Trad-iure, sendo auxiliado por outros colaboradores pontuais, sejam membros das entidades participantes (que além do mais garantem a certificação das equivalências encontradas ou contribuem com apoio técnico), sejam estagiários.

Refira-se ainda que o Trad-iure permite a pesquisa nos dois acordos ortográficos ainda em uso (1945 e 1990), bem como o envio de sugestões com vista ao enriquecimento da ferramenta. Seguem-se duas imagens que ilustram a página de pesquisa do Trad-iure e um exemplo de apresentação de resultados de pesquisa.

The screenshot displays the 'Tradutor Jurídico' (Legal Translator) interface. At the top left is the DRE logo with the text 'Jornal da República Eletrónica' and the date 'QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2018'. A search bar at the top center contains the placeholder 'O que procura?' and a magnifying glass icon. To the right of the search bar are language selection buttons for 'Português' and 'English'. Below the search bar is a 'Pesquisa Avançada' link. The main heading 'Tradutor Jurídico' is prominently displayed. Below it, there are links for 'Pesquisa Avançada', 'Acerca do Tradutor Jurídico - Trad-iure', and a 'Traduzir' button. The 'Ver Termos Relacionados' section includes radio buttons for 'Sim' (selected) and 'Não'. Below this are dropdown menus for 'Origem' and 'Destino', both currently set to 'Seleccionar'. At the bottom, a section titled 'TERMOS MAIS PROCURADOS' lists various legal terms and their frequency in Portuguese (PT):

- Casamento - Português (PT) - 280 Procura(s)
- Arguido - Português (PT) - 201 Procura(s)
- Portaria - Português (PT) - 127 Procura(s)
- União de facto - Português (PT) - 113 Procura(s)
- Contrato - Português (PT) - 110 Procura(s)
- Procuração - Português (PT) - 96 Procura(s)
- Arrendamento - Português (PT) - 84 Procura(s)
- Lei - Português (PT) - 74 Procura(s)
- Estatuto - Português (PT) - 73 Procura(s)

Fig. 1 Página inicial do Trad-iure.

Termo: Criminal proceedings

Ver Termos Relacionados: ☒ Sim ☐ Não

Origem: Inglês (RU)

Destino: Português (PT)

Traduzir

TRADUÇÕES ENCONTRADAS

Termo	Idioma	Área de Direito
Ação em matéria penal	Português (PT)	Penal
Ação em matéria penal	Português (PT)	Organização Judiciária / Processual
Ação penal	Português (PT)	Penal
Procedimento criminal	Português (PT)	Penal
Procedimento penal	Português (PT)	Penal

TERMOS RELACIONADOS

Termo	Área de Direito
Prosecution	Penal

⚠ Não encontrou o termo que procura? Faça [aqui](#) uma sugestão para podermos enriquecer o tradutor. Obrigado.

Fig. 2 Exemplo de pesquisa do termo «criminal proceedings».

Glossário AAP-06 da OTAN

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mais frequentemente designada pelo acrónimo inglês NATO, surge na sequência do Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington, em 4 de abril de 1949, por doze países fundadores.¹³ No seu artigo 5.o pode ler-se:

«As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas [...]».

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial, os países fundadores da OTAN concordaram na necessidade da criação de uma aliança militar intergovernamental que pudesse fazer

¹³ https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_67656.htm

frente ao expansionismo soviético, evitar o ressurgimento do militarismo nacionalista na Europa, mediante uma forte presença americana no continente, e encorajar a integração política europeia.¹⁴ Entre os seus objetivos, destacava-se a manutenção da paz e da liberdade dos seus membros, por meios políticos e militares, tendo por isso acordado numa estratégia de defesa coletiva.

Atualmente, a OTAN tem a sua sede em Bruxelas e possui 29 países membros. Mantêm-se os objetivos iniciais de defesa coletiva e manutenção da paz, ainda que novos acontecimentos tenham conduzido a uma interpretação mais ampla de alguns conceitos. É o caso do conceito de defesa, que inclui agora a ciberdefesa, como forma de lidar com ciberataques, um fenómeno recente, mas cada vez mais recorrente. Decorre tanto dos objetivos fundadores como das missões e atividades concretas desta organização a necessidade de um permanente diálogo intercultural que implica o emprego de várias línguas e conceitos de domínios variados. Conforme o «Final Communiqué of the North Atlantic Council», de 17 de setembro de 1949, o inglês e o francês são as línguas oficiais de toda a organização. Deste modo, ainda que o sítio oficial da OTAN disponibilize informação sobre a organização em 27 línguas, os glossários da organização disponíveis *online* contêm entradas apenas nas línguas oficiais.

A Área de Tradução do DAJ-MNE tem o objetivo de integrar a tradução portuguesa do glossário AAP-006 já realizada¹⁵.

Glossário UNTERM-UNHQ da ONU

A Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional criada em 1945, com a entrada em vigor da Carta da ONU, em 24 de outubro.

Sucessora da Sociedade das Nações, a ONU conta atualmente com 193 Estados-membros e com seis línguas oficiais — árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo —, sendo o inglês e o francês as línguas de trabalho do Secretariado-Geral.

¹⁴ «[...]detering Soviet expansionism, forbidding the revival of nationalist militarism in Europe through a strong North American presence on the continent, and encouraging European political integration.» in https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_139339.htm

¹⁵ Cf. Trabalho realizado por Rui Alexandre dos Santos: *NATO Glossary of Terms and Definitions*: Proposta de Tradução para Português, abril 2015.

Os seus objetivos e princípios, estabelecidos no primeiro artigo da Carta das Nações Unidas, são os seguintes:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.¹⁶

A organização das Nações Unidas é dotada de serviços próprios de tradução e interpretação. Um dos maiores empregadores mundiais de profissionais das línguas, os serviços da ONU integram não apenas tradutores e intérpretes, como também editores, terminólogos, repórteres *verbatim*, preparadores de cópias e revisores. Estes profissionais desempenham as suas funções em diferentes escritórios (Nova Iorque, Genebra, Viena, Nairóbi) e comissões regionais da organização (Adis-Abeba, Banguécoque, Beirute e Santiago). Os documentos da ONU são publicados simultaneamente nas várias línguas oficiais, sendo alguns deles também traduzidos para alemão¹⁷.

No âmbito de uma organização internacional, os serviços de tradução desempenham um papel essencial, uma vez que tornam possível a comunicação entre os seus membros. Ao viabilizar o acesso ao documento, mediante a tradução para uma língua dominada pelo membro ou funcionário, a tradução contribui para uma maior igualdade no acesso à documentação, na comunicação e

¹⁶ Carta Das Nações Unidas http://direitoshumanos.gddc.pt/3_1/IIIPAG3_1_1.htm

¹⁷ <http://www.un.org/depts/DGACM/Translation.shtml>

discussão de matérias. Este compromisso com as várias línguas oficiais é visível nas iniciativas que a ONU tem vindo a desenvolver, como a atribuição de um dia de celebração a cada uma das línguas oficiais ou a celebração do Dia Internacional da Tradução, mas sobretudo na determinação do multilinguismo como um dos valores fundamentais da organização.

O multilinguismo

«If we consider multilingualism as “the co-presence of two or more languages” (in a text, individual or society) while translation is traditionally defined as the “substitution of one language for another” (Grutman 2009: 182), then translation and multilingualism are inextricably connected. At the heart of multilingualism, we find translation.»

Reine Meylaerts (2010: 227)

O multilinguismo é a copresença de duas ou mais línguas num texto, indivíduo ou sociedade¹⁸. No caso da ONU, o multilinguismo representa a vontade de comunicar nas várias línguas oficiais, mediante a publicação e a disponibilização de informações nas línguas oficiais, que promovem uma maior participação dos Estados-membros.

A necessidade do multilinguismo decorre da prossecução dos objetivos estabelecidos na Carta das Nações Unidas. Contudo, nem todas as línguas oficiais gozam na prática da mesma importância, estando o seu uso muito dependente dos grupos de trabalho, do conhecimento linguístico dos funcionários, ou mesmo de restrições orçamentais. Desde 1995, porém, a ONU tem vindo a legislar nesta matéria, procurando que a igualdade de estatuto seja efetivamente atingida e respeitada. A posição de igualdade das línguas contribui naturalmente para uma maior participação dos Estados-membros no trabalho da ONU.

O multilinguismo é conseguido, por exemplo, pela contratação de funcionários com conhecimentos linguísticos das línguas oficiais, bem como pela utilização simultânea das várias línguas oficiais nas comunicações e nos documentos publicados. Também os conteúdos *online* devem ser disponibilizados nas várias línguas, e as traduções devem seguir a norma culta das línguas, devendo evitar-se o recurso à tradução automática e à tradução por profissionais com pouco

conhecimento da língua em questão. O UNTERM (United Nations Multilingual Terminology Database) deve ser usado como fonte de referência para a terminologia das Nações Unidas¹⁹.

A importância da língua portuguesa

Faz parte das atribuições do MNE defender e promover a língua e cultura portuguesas no estrangeiro (DL 121/2011, art.º 2.º n.º 1 f)).

Dada a atual e privilegiada circunstância, potencialmente irrepetível, de a ONU ter um secretário-geral de nacionalidade portuguesa, o DAJ-MNE considera ser esta a altura ideal para negociar a introdução da língua portuguesa nos glossários da ONU. Apesar de não ser umas das línguas oficiais desta organização, a língua portuguesa é já a terceira língua mais falada na Europa e uma das línguas com mais falantes nativos a nível mundial.

Na 72.ª Sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em 20 de setembro de 2017, António Costa, primeiro-ministro português, declarou:

«[...] a importância da língua portuguesa, que se afirma hoje como um instrumento de comunicação com dimensão global. Em meados deste século, o português deverá contar com quase 400 milhões de falantes, o que tem justificado a sua elevação a língua oficial em diversos organismos internacionais. A adoção do português como língua oficial das Nações Unidas permanece um desígnio comum dos Estados-membros da CPLP.»²⁰

Em entrevista à *ONU News*, o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, destacou, por sua vez, que o português está entre as cinco línguas mais faladas do mundo, dizendo acreditar que dentro de pouco tempo fará parte das línguas oficiais da ONU²¹.

A tradução de parte do glossário, desenvolvida pela Área de Tradução, visa assim contribuir para a concretização deste objetivo.

¹⁹ Para mais informação, consultar <http://www.un.org/en/sections/web-governance/minimum-standards-multilingualism-united-nations-websites/index.html>

²⁰ <https://www.onu.missaoportugal.mne.pt/pt/intervencoes/2017/discurso-de-s-exa-o-primeiro-ministro-da-republica-portuguesa-antonio-costa-na-72-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>

²¹ Artigo e áudio em <https://news.un.org/pt/story/2017/09/1595581-o-portugues-e-lingua-mais-falada-no-hemisferio-sul-diz-santos-silva>

O glossário UNTERM-UNHQ

O portal UNTERM disponibiliza vários glossários que compilam terminologia e nomenclatura relativas aos temas trabalhados no seio da instituição. Além das línguas oficiais, as entradas podem apresentar equivalências em alemão e português. Lançado em abril de 2012, o portal é apresentado como uma ferramenta linguística que procura auxiliar tanto o trabalhador das Nações Unidas como aqueles que se interessam pelas atividades da Organização ou nelas participam. A pesquisa é livre, não havendo necessidade de efetuar registo²².

Do glossário UNHQ (United Nations Headquarters) foi selecionado um conjunto de termos que constituiu parte do *corpus* deste trabalho. A seleção de termos a traduzir foi feita da seguinte forma: seleção de um termo base – por exemplo, *legal*, *civil*, *proceedings*, *procedure*, *abuse*, entre outros; pesquisa do termo selecionado; elenco dos resultados obtidos.

Esta ferramenta é mantida por várias entidades, sendo atualizada com frequência. No atual estágio de desenvolvimento, é possível encontrar entradas duplicadas, situação que está a ser corrigida. É sem dúvida uma ferramenta muito útil para tradutores e outros profissionais que necessitem de esclarecer dúvidas terminológicas. Além de permitir a pesquisa simultânea em todos os idiomas, os resultados surgem, muitas das vezes, acompanhados de referência às fontes que os atestam.

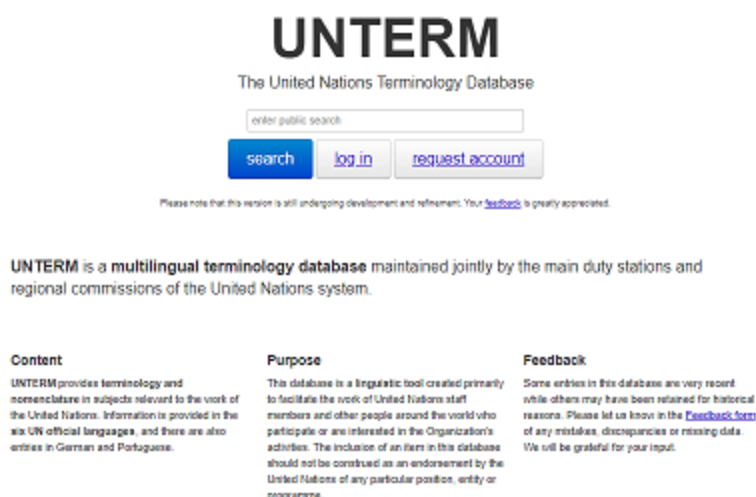


Fig. 3. Página inicial do portal UNTERM.

²² Cf. <https://unterm.un.org/UNTERM/portal/welcome>

Capítulo 2 — A tradução jurídica

Neste capítulo são tratados temas teóricos relacionados com o trabalho prático de desenvolvi durante o estágio. Além de procurar compreender a tradução jurídica e o que a distingue e caracteriza, exploro outras questões teóricas que considere relevantes para melhor levar a cabo as traduções que me foram atribuídas. Entre os temas considerados refira-se, por exemplo, a questão da equivalência na tradução jurídica, a tradução institucional ou a área afim da terminologia.

2.1. Tradução técnica e especializada

Começarei, antes de mais, por distinguir e delimitar os conceitos e os objetos da tradução técnica e da tradução especializada.

Alguns autores utilizam indistintamente as designações “tradução especializada” e “tradução técnica” para caracterizar a tradução jurídica.

«Legal translation is a type of specialist or technical translation, a kind of translational activity that involves special language use, that is, language for special purpose (LSP) in the context of law (...)» (Cao 2007: 78)

Outros há, contudo, que consideram que os termos “tradução especializada” e “tradução técnica” designam duas realidades distintas. Jody Byrne, por exemplo, argumenta que a tradução técnica diz respeito apenas a textos técnicos, nomeadamente a textos relacionados com a tecnologia, enquanto a tradução especializada corresponde à tradução que implica o domínio de terminologia especializada.

«(...) technical translation deals with technological texts. Or more specifically, technical translation deals with texts on subjects based on applied knowledge from the natural sciences.» (Byrne 2006: 3)

Para o autor, é um equívoco enquadrar a tradução de textos de foro económico, jurídico e empresarial na categoria de tradução técnica, considerando que não é por o texto apresentar terminologia específica que deve ser considerado técnico.

Klaus Schubert, por sua vez, distingue a tradução técnica em sentido estrito, categoria em que inclui o texto de conteúdo técnico, da tradução técnica em sentido lato, caso em que a tradução poderá igualmente ser designada tradução especializada.

«Due to the semantic ambiguity of the English adjective ‘technical’, the term can relate to content either from technology and engineering or from any specialized domain. In this article, the term is understood in the narrower sense. In the broader sense, the activity is also called ‘specialized translation’.» (Schubert 2010: 350)

Segundo Schubert, a documentação técnica e a localização de *software* correspondem atualmente aos principais conteúdos trabalhados pelo tradutor técnico. A documentação técnica, relativa a serviços e produtos técnicos, inclui manuais de instalação, uso, manutenção ou reparação de produtos técnicos, assim como fichas técnicas ou catálogos, entre outros. Alguns tipos de documento poderão revelar características também presentes em outros domínios da tradução especializada como, por exemplo, patentes, contratos técnicos, apresentações de produtos, etc.

A tradução técnica distingue-se igualmente da tradução científica, ainda que sejam de registar várias semelhanças. Com efeito, tanto a tradução científica como a técnica se ocupam de textos redigidos habitualmente por cientistas, que são caracterizados por um vocabulário especializado e por temas de algum grau de complexidade, ainda que este seja variável. Os dois conceitos distinguem-se, segundo Byrne, uma vez que «scientific translation relates to pure science in all of its theoretical, esoteric and cerebral glory while technical translation relates to how scientific knowledge is actually put to practical use, dirty fingernails and all.» (Byrne 2006: 8)

2.2 Características da tradução jurídica e principais dificuldades

A tradução jurídica é um termo relativamente abrangente, que se refere não apenas à tradução da lei propriamente dita, como também à tradução de textos que lhe são afins, seja porque versam sobre

temas do domínio do Direito, seja porque são produzidos em contextos ou situações comunicativas jurídicas.

Para melhor compreender a tradução jurídica e o que esta encerra, consideramos ser útil a revisão de algumas das suas possíveis classificações, teorizadas por estudiosos da área. Deste modo, a tradução jurídica pode, por exemplo, e segundo Cao, ser classificada em função do objeto do texto de partida (TP): tradução de legislação nacional e internacional; tradução de documentos jurídicos privados; tradução de trabalhos académicos na área do Direito; tradução de jurisprudência.

Poderá igualmente classificar-se a tradução jurídica de acordo o estatuto do TP, nomeadamente, atendendo ao carácter juridicamente vinculativo — legislação — ou não — trabalho académico — do texto.

Por outro lado, tendo em conta a função do TP, são habitualmente enunciadas as seguintes funções: função primariamente prescritiva (códigos, contratos); função primariamente descritiva mas também prescritiva (decisão judicial, peças processuais); função puramente descritiva (trabalhos e artigos académicos).

Se optarmos, contudo, por considerar a perspetiva do texto de chegada (TC), classificando-o quanto à sua finalidade ou propósito, é de ponderar: a finalidade normativa, isto é, o caso em que o texto traduzido produz os mesmos efeitos legais que o TP; a finalidade informativa, que será o caso de qualquer texto que tenha o propósito de informar o leitor do TC; a finalidade judicial ou jurídica.

Também Sarcevic discorre sobre a classificação da tradução jurídica, adotando a perspetiva da finalidade do TC, distinguindo, desde logo, entre tradução jurídica de finalidade normativa e tradução jurídica de finalidade informativa. No primeiro caso, inclui-se a tradução de instrumentos normativos, em jurisdições bilingues ou multilingues, caracterizando-se o TC por ser dotado de efeitos jurídicos idênticos aos do TP. É este o caso da legislação comunitária, cujas diferentes versões linguísticas são dotadas da mesma força legal e estatuto, podendo qualquer uma delas ser invocada pelo cidadão perante os órgãos e autoridades da União. Como explica a autora, «Such legal texts in different languages are regarded as authoritative once they go through the authentication process in the manner prescribed by law. By virtue of this process, such texts are not mere translation of the law, but the law itself» (Sarcevic, *apud* Cao 2007: 10).

No segundo caso, incluem-se todos os textos cuja função no TC é informar o leitor. O TP é neste caso o texto normativo, dotado de efeitos jurídicos, enquanto o TC é dotado de uma finalidade diferente, já não normativa, nem vinculativa. A tradução justifica-se pela necessidade de dar a conhecer o conteúdo de um texto jurídico, por exemplo, a um profissional da área jurídica que não domine a língua original do documento. O estatuto de texto traduzido poderá ser expressamente declarado ou não pela publicação que o integra. Outro exemplo de tradução de finalidade informativa será a tradução de legislação das Nações Unidas em língua portuguesa. Não sendo esta uma das línguas oficiais da Organização, as traduções são sempre de carácter meramente informativo. Daqui não resulta, porém, que o texto original não produza efeitos jurídicos para todos os Estados signatários, desde que cumpridos os requisitos internos de ratificação e aprovação. Foi o caso da Convenção contra a corrupção, publicada em Diário da República em 21 de setembro de 2007, depois de aprovada e ratificada, constando da publicação o texto em inglês e a sua tradução portuguesa²³. Consideramos assumir a tradução portuguesa um cariz informativo, dada a redação do Artigo 71.ª da Convenção e do Artigo 1.º da Resolução da AR n.º 47/2007.

Em suma, a convenção faz fé nas línguas oficiais das Nações Unidas, e da sua ratificação resulta a publicação em Diário da República da versão autenticada em língua inglesa e da sua tradução portuguesa.

Por outro lado, haverá casos em que a identificação do propósito comunicativo do texto não é tão inequívoca. Consideremos o caso de um documento jurídico de foro privado, nomeadamente, um contrato de trabalho redigido em duas línguas, alemão e inglês, relativo a uma prestação de trabalho a ser realizada na Alemanha e regulada pelas leis daquele país. O contrato foi redigido em inglês para benefício do trabalhador que não domina a língua alemã, sendo que numa das cláusulas se estipula que, em caso de litígio, prevalece a versão alemã. O texto bilingue é assinado por ambas as partes, pelo que faz fé. No entanto, a supracitada cláusula condiciona em parte os efeitos jurídicos da versão em língua inglesa.

²³ <http://www.dgpi.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexosorgint2/sections/relacoes-internacionais/anexosorgint2/convencao-corrupcao/downloadFile/file/Conven%E7%E3oCorrup%E7%E3o.pdf?nocache=1203613115.15>

(6) Für die Durchführung und Auslegung dieses Vertrages ist im Streitfall die deutsche Fassung maßgeblich.	(6) For execution and interpretation of this Employment Agreement, in case of disputes, the German version prevails.
(7) Dieser Vertrag unterliegt dem Recht der Bundesrepublik Deutschland. Alle Rechtsstreitigkeiten, die im Zusammenhang mit diesem Vertrag oder etwaigen Zusatzvereinbarungen entstehen, unterliegen der deutschen Gerichtsbarkeit.	(7) This Employment Agreement shall be subject to German Law. All disputes arising in connection with this Employment Agreement or any further supplemental agreements shall be settled by a competent court of jurisdiction in Germany.
(8) Jede Vertragspartei erhält eine Ausfertigung dieses Vertrages.	(8) Each party shall receive a copy of this Employment Agreement.

Sarcevic identifica igualmente o tipo de tradução jurídica que assume um propósito jurídico ou judicial genérico. Inclui nesta categoria os traduções destinadas a integrar um processo judicial, classificando-as como principalmente informativas e descritivas. São de vários tipos os textos que podem integrar o processo, desde peças processuais a documentos privados, pelo que os seus autores poderão não ser juristas. O tradutor jurídico deve, deste modo, identificar o propósito e o estatuto do TP e do TC.

Dificuldades específicas da tradução jurídica

«Si la operación traductora es ante todo, según los teóricos del lenguaje, un acto de comunicación, también es como mínimo un acto de fe, de confianza del traductor en el éxito de la comunicación intralingüística, a pesar de los obstáculos que hay que superar» (Gémar 2005: 41)

A tradução jurídica, pela própria natureza do Direito e da linguagem jurídica, afigura-se como uma atividade complexa e dotada de muitas particularidades. Analisamos de seguida algumas das especificidades deste tipo de tradução, atentando, nomeadamente, nas dificuldades que lhe são próprias.

Enquanto ato comunicativo intercultural, a tradução é a ponte entre dois sistemas linguísticos e duas culturas. Segundo Amparo Hurtado,

«(...) la traducción es, pues, una comunicación intercultural. El trasvase de los elementos culturales presentes en un texto es uno de los mayores problemas a que se enfrenta el traductor.» (*apud* Gémár 2005: 39)

Na tradução jurídica, em particular, o tradutor lida não apenas com duas linguagens de especialidade, mas também com dois sistemas jurídicos. Portanto, uma das dificuldades da tradução jurídica é precisamente as diferenças entre sistemas jurídicos e respetivas leis.

Os sistemas jurídicos pertencem, por sua vez, a famílias jurídicas diferentes, sendo estas definidas como «grupos de sistemas jurídicos que partilham um conceito de Direito»²⁴, pelo que se registarão em princípio mais diferenças entre sistemas jurídicos pertencentes a famílias jurídicas distintas. A classificação das famílias jurídicas não é unânime, tendo vindo a variar ao longo da história²⁵ e consoante os autores. Alguns dos critérios já adotados na sua classificação são de foro ideológico, histórico, genético ou técnico.

Dentro dos direitos de raiz europeia, contudo, a divisão entre a família jurídica de direito anglo-saxónico (ou *common law*) e a família do direito continental europeu ou romano-germânico é consensual²⁶. Dentro da família romano-germânica, encontramos os sistemas jurídicos de matriz francesa, os sistemas de matriz germânica e os sistemas dos países nórdicos ou escandinavos. São de identificar ainda alguns sistemas híbridos, que reúnem características de ambas as famílias, nomeadamente o sistema jurídico escocês, o sul-africano e o israelita, entre outros.

As figuras e conceitos jurídicos, assim como as normas jurídicas e a sua forma de aplicação, variam consoante a sociedade e são um reflexo da sua história. A lei é, por isso, culturalmente e jurisdicionalmente específica.

²⁴ Moura Vicente, D. (2009). «O lugar dos sistemas jurídicos lusófonos entre as famílias jurídicas». Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Vicente-Dario-O-lugar-dos-sistemas-juridicos-lusofonos-entre-as-familias-juridicas.pdf>

²⁵ A família dos direitos socialistas, por exemplo, deixou de se justificar com o desaparecimento do Bloco de Leste.

²⁶ De acordo com Gramaxo Rozeira, os sistemas jurídicos que não integram estas duas categorias ficam assim à margem, sendo que «esta ideia da compartimentação em ramos do direito é fundamentalmente baseada numa conceção ocidental do mundo e a ela está subjacente um certo grau de discriminação contra os ordenamentos jurídicos que não se enquadrem na divisão dicotómica *Common Law*/Direito Continental» («Direito Constitucional Comparado: uma abordagem metodológica» in Revista da Faculdade de Direito e Ciência Política, Universidade Lusófona do Porto, 2017 pp. 99-100).

«Thus, the main challenge to the legal translator is the incongruency of legal systems in the SL and TL» (Cao 2007: 24).

Embora não sejam exclusivas da tradução jurídica, as dificuldades linguísticas são naturalmente uma consequência inevitável do necessário diálogo entre sistemas jurídicos e culturas jurídicas que a tradução implica. De facto, a linguagem jurídica é produto do sistema jurídico donde emana, o qual é dotado de uma legislação, cultura e história próprias. Ao contrário do que ocorre no domínio da ciência pura, o significado da linguagem jurídica depende do sistema jurídico ao qual pertence e é por ele condicionado.

«Legal language is a technical language, but legal language is not a universal technical language but one that is tied to a national system.» (Weisflog, *apud* Cao 2007: 23)

Por linguagem jurídica entendemos não apenas a linguagem compreendida na legislação, mas também aquela usada quer em textos jurídicos, sobre o domínio do Direito e da lei, quer em contextos jurídicos. Neste sentido, refere Kurzon:

«Legal language refers to the language of law and its relation to law and legal process. This includes language of the law, language about law, and language used in legal communicative situations.» (Kurzon, *apud* Cao 2007: 78)

Enquanto linguagem especializada (LSP) — linguagem para fins legais (LLP, *Language for legal purpose*) —, a linguagem jurídica é dotada de terminologia própria e de estruturas convencionadas, que deverão ser reconhecidas e dominadas pelo tradutor. A propósito das estruturas sintáticas, Anabel Albi adverte: «El traductor debería tener la competencia suficiente para encontrar estructuras sintáticas que cumplan la misma función que las del original sin calcarlas (...). No se trata de reproducir el original palabra por palabra, sino de entenderlo de forma precisa y generar un texto en lengua meta que tenga el mismo efecto jurídico». (Albi 2005: 85)

A terminologia de um sistema jurídico poderá não ter equivalente noutro sistema jurídico, especialmente se o mesmo pertencer a uma família jurídica diferente. Os sistemas evoluíram de forma diferente: poderão ter optado por regular de forma diferente as mesmas realidades da vida em sociedade, poderão ter sido chamados a regular aspetos particulares à sua cultura e sociedade, ou poderão ter optado por regular aspetos da vida em sociedade que não são regulados noutras culturas. Por exemplo, a distinção entre sentença e acórdão não tem paralelismo na lei inglesa.

«It is of course to be expected that one will meet rules with different content; but it may be disconcerting to discover that in some foreign law there is not even that system for classifying the rules with which we are familiar. » (David and Brierley *apud* Cao 2007: 29)

Contudo, à linguagem jurídica pertencem igualmente convenções não escritas que colocam dificuldades não relacionadas com aspetos terminológicos. Referimo-nos nomeadamente ao estilo redacional empregado pelo escritor jurista e que satisfaz a expectativa que o recetor do texto tem acerca do texto jurídico. Nas palavras de White, «the most serious obstacles to comprehensibility are not the vocabulary and sentence structure employed in law, but the unstated conventions by which language operates» (*apud* Cao 2007: 28).

O estilo linguístico adotado no texto jurídico varia consoante o sistema jurídico e colocará mais dificuldades ao tradutor que trabalha com sistemas jurídicos oriundos de famílias jurídicas diferentes: «The languages of the Common Law and Civil Law systems are fundamentally different in style» (Cao 2007: 29). Naturalmente, o estilo variará consoante o tipo de texto (lei, acórdão, petição, etc.) e o seu destinatário.

As dificuldades da tradução variam, de acordo com Groot (*apud* Cao 2007: 30), consoante o grau de afinidade entre sistemas jurídicos e línguas:

1. A tradução afigurar-se-á como uma tarefa mais simples, sempre que sistemas jurídicos e línguas sejam próximos. Por exemplo, Espanha e França, ou Dinamarca e Noruega.
2. A tradução não suscitará “dificuldades extremas” quando os sistemas jurídicos, embora não as línguas, sejam próximos. Como exemplo, o autor menciona a tradução entre legislação neerlandesa dos Países Baixos e a legislação francesa.
3. A dificuldade será considerável quando não se registre proximidade entre sistemas jurídicos e as línguas sejam próximas. Será, por exemplo, o caso da tradução jurídica de textos alemães para neerlandês.
4. Por último, as dificuldades serão maiores quando não se regista afinidade entre sistemas jurídicos e línguas, por exemplo, a tradução da *Common Law* para chinês.

Por último, não podemos deixar de fazer referência à tradução de elementos culturais, que constitui uma das grandes dificuldades da tradução em geral. Também na tradução jurídica, o tradutor é confrontado, nas palavras de Gémard, com «naciones muy cargadas de historia y

tradiciones» (Gémar 2005: 43). Mesmo conceitos tidos por equivalentes poderão estar associados a campos semânticos diferentes, como acontece com *Rule of Law* e *État de Droit*, pois «cada uno descansa sobre una tradición tan antigua como singular».

Será então possível a tradução fiel de um texto proveniente do sistema jurídico da família jurídica anglo-saxónica para um do sistema jurídico da família romano-germânica? Concordamos com Cao, quando este refere que as diferenças podem ser conciliáveis e ultrapassadas. O tradutor poderá ter de recorrer a estratégias que denunciam a sua presença no texto, como seja a aposição de uma nota, o uso de um empréstimo e outras estratégias que considere adequadas, tendo sempre em atenção o propósito e o destinatário do texto.

«Despite the differences, we need to recognise that the Common Law and the Civil Law families are not incompatible. We should not exaggerate the differences or believe that the translation between the two is not possible» (Cao 2007: 28)

2.2.1 A linguagem jurídica

Anteriormente afirmámos que a linguagem jurídica, dotada de terminologia própria e de convenções e estruturas particulares, é condicionada pelo sistema jurídico e pela cultura jurídica onde se insere. Daqui resulta naturalmente que cada linguagem jurídica apresenta características que lhe serão únicas. Podemos identificar, porém, traços distintivos comuns a várias linguagens jurídicas relacionadas.

Uma das características da linguagem jurídica é a natureza performativa da sua linguagem. De facto, a linguagem jurídica é produtora de efeitos jurídicos, como por exemplo a atribuição de um direito por via legislativa²⁷ ou a transferência de um direito por via contratual. A linguagem jurídica é relacionável com atos de fala que acarretam consequências jurídicas, recorrendo frequentemente a verbos cuja simples enunciação realiza por si só a ação que significa, como *declarar* ou *garantir*.

No que toca à linguagem jurídica, Cao identifica a natureza performativa, técnica e normativa (no sentido legal) da linguagem jurídica. A natureza normativa da linguagem jurídica está

²⁷ Danet (*apud* Cao 2007: 14) propõe uma classificação de atos de fala jurídicos/ *legal speech acts*: *representatives, commissives, expressives, declarative, directive*.

naturalmente relacionada com o próprio objeto do Direito — orientar comportamentos e regular as relações humanas. Para levar a cabo o seu propósito normativo, o Direito vai utilizar uma linguagem que será predominantemente prescritiva/ normativa, diretiva e imperativa. No mesmo sentido,

«Language is the medium, process and product in the various arenas of the law where legal texts, spoken or written, are generated in the service of regulating social behaviour.» (Cao 2007: 13)

A par da complexidade e especificidade do léxico utilizado no discurso jurídico, o tom formal e impessoal do texto, assim como o reduzido emprego de advérbios e adjetivos, ou ainda o recurso a frases longas e complexas são algumas das características comumente apontadas como transversais às várias linguagens jurídicas.

Na linguagem jurídica portuguesa, e a título exemplificativo, damos conta de alguns traços linguísticos identificados por Maria da Conceição Rodrigues, na sua tese *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interação verbal na sala de audiências* (Rodrigues 2005), que usou como *corpus* o Código Civil e o Código Penal portugueses:

- Traços lexicais:

Ocorrência de termos que «são de pertença jurídica exclusiva e que exprimem noções jurídicas precisas» (ex.: *comodato*, *usucapião*); ocorrência de expressões que são também utilizadas fora do domínio jurídico, embora com uma aceção diferente (ex.: *ação*, *autor*), destacando-se, dentro desta categoria, expressões que são «frequentemente consideradas sinonímicas pelo falante comum, mas que o não são no domínio legal»; ocorrência de expressões latinas ou de origem latina ou grega e bem assim de nomes que derivam de participios presentes latinos, como *administrante* ou *adquirente*.

- Traços morfológicos:

Ocorrência frequente de nominalizações (ex.: *consentimento*, *perfilhação*), que autora considera ser uma característica das linguagens de especialidade em geral, assim como de processos de prefixação (em particular dos prefixos presentes em formas como *composse*, *subempreitada* e *impenhorabilidade/imputabilidade*, todos de origem latina).

- Traços sintáticos:

Ocorrência frequente de enunciados definitórios; recurso a frases longas, mais complexas e «difíceis de processar, que tornam a sintaxe mais pesada», e a segmentos textuais de difícil inteligibilidade;

impessoalidade do discurso jurídico, patente por exemplo nas construções passivas; redução do número de pessoas gramaticais, afirmando a autora que «a predominância das formas de terceira pessoa é absoluta e é reveladora da estratégia de distanciamento que o poder legislativo pretende instaurar na comunicação com o cidadão; presença exclusiva de frases de tipo declarativo; natureza cautelar da linguagem «caracterizada pela busca de exaustividade e pelo rigor analítico».

Para ilustrar os traços de que estamos a falar, junto dois excertos de duas peças processuais: o Texto A provém de um requerimento de conversão de uma ação de separação em divórcio, processo que correu, no início da década de 90, na comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro; o Texto B, excerto de petição inicial integrante de ação de pedido de revisão e confirmação de sentença estrangeira, foi redigido em português europeu no ano de 2010, e correu termos no Tribunal da Relação de Lisboa. Em ambos os documentos, é possível identificar um estilo próprio de redação e estruturação do documento e entre eles é possível observar uma acentuada variação lexical, o que decorre de terem sido redigidos em variedades diferentes da língua portuguesa. Por exemplo, no primeiro texto, o autor emprega expressões que, embora perfeitamente inteligíveis para o jurista do português europeu, não seriam por ele habitualmente utilizadas neste tipo de documento: é o caso de «obrigações adimplidas», «oitiva» ou «honorários advocatícios».

Texto A

Assim, decorrido o prazo legal, não havendo bens à partilhar e adimplidas as obrigações assumidas, impõe-se a admissibilidade do presente pedido de conversão de separação em divórcio, com a oitiva do douto representante do Ministério Público.

As custas e honorários advocatícios serão suportados pelo cônjuge mulher.

Dá-se a causa o valor de Cr\$20.000,00.

Nestes Termos
P.Deferimento

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1991.

Texto B. [...]

5º.

Como a aqui impetrante pretende averbar ao supramencionado assento o divórcio e proceder ao averbamento do estado civil, vem através da presente peça pedir que a mesma seja objeto de revisão e posterior confirmação.

6º.

Com efeito acham-se verificados os pressupostos legais consagrados nas alíneas a) e f) do art. 1096º do CPC, nomeadamente a sentença a confirmar não contém «*decisão cujo reconhecimento conduza a um resultado manifestamente incompatível com os princípios da ordem pública internacional do Estado Português*».

TERMOS EM QUE, NOS MELHORES DE DIREITO E COM O SUPRIMENTO DE V. EXA., DEVE A PRESENTE ACÇÃO SER RECEBIDA E A FINAL VIR A SER REVISTA E CONFIRMADA A SENTENÇA PROFERIDA PELA 4ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROFERIDA A X DE AGOSTO DE 19XX.

REQUER-SE A CITAÇÃO DO REQUERIDO PARA OS TERMOS DO ART. 1098º DO C.P.C..

Valor: € 30.000,01 (Trinta mil e um centimo)

Junta: 5 documentos digitalizados, Procuração Forense, DUC (ref. nº XXX) [...]

No segundo texto, notamos a utilização de «impetrante», proveniente de participio presente latino, ilustrando uma característica anteriormente referida, notada em Rodrigues (2005). A utilização da passiva ou de construções com *se* impessoal é comum aos dois textos e marca a impessoalidade do discurso — «impõe-se a admissibilidade», «acham-se verificados», «requer-se». É de referir, no segundo caso, que a cada ponto corresponde um único período, característica aliás presente em todo o documento. Esta estrutura parece reproduzir a opção tomada pelo legislador, como se conclui não apenas pelo levantamento levado a cabo em Rodrigues (2005)²⁸, como também pela leitura do n.º 4 do art. 7.º das regras de legística, de acordo com o qual «os artigos, os números, as alíneas não

²⁸ Segundo a autora, e referindo-se à estruturação do Código, «A utilidade destas compartimentações, assim como das respectivas denominações, parece estar relacionada com a necessidade de tornar a ideia legal mais manuseável [...]», salientando ainda «objectivo primeiro do texto legislativo é evitar a ambiguidade e a duplicidade de interpretações e fomentar a precisão e a explicitação dos conteúdos; nesse sentido, é notória a tentativa de autonomizar cada um dos artigos de modo a que cada um se torne inteligível por si mesmo» (Rodrigues 2005: 251).

devem conter mais de um período». Com efeito, este recurso visa a exposição clara das ideias, que são assim apresentadas de forma progressiva.

Dado ser culturalmente determinada, a terminologia é, naturalmente, fonte de variação nas várias linguagens jurídicas, pelo que cada uma apresentará diferentes desafios ao tradutor. No inglês jurídico, por exemplo, verifica-se o uso abundante de arcaísmos e latinismos, enquanto no alemão jurídico, há um predomínio da nominalização. Ainda no caso do inglês jurídico, é recorrente apontar-se o uso da passiva e de estruturas complexas como características sintáticas típicas.

A linguagem jurídica inglesa caracteriza-se ainda pela presença abundante de latinismos e de palavras de origem francesa. De um modo geral, o estilo é arcaico e conservador; por exemplo, uso de *shall* com valor de futuro é frequente, e problemático para o tradutor. No mesmo sentido, M.^a Antonia Álvarez Calleja afirma «El empleo de los tiempos verbales es la fuente de muchos errores al tratar de buscar su equivalente en nuestra lengua» (Calleja 1994: 36).

Também o Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia dispõe sobre esta matéria, de acordo com as regras de legística nacionais, referindo

«Na parte normativa dos atos jurídicos, os verbos têm, de modo geral, uma função imperativa (obrigação) ou declarativa (descrição). As versões inglesas dos atos utilizam frequentemente a fórmula *shall*, seguida do infinitivo, para ambos os casos. Nas versões portuguesas dos atos, usa-se o presente do indicativo, sendo a distinção entre a função imperativa ou declarativa do verbo feita pelo recurso, no primeiro caso, a um verbo auxiliar. Deve evitar-se o recurso ao futuro para exprimir disposições imperativas ou declarativas.»²⁹

Desta forma, de acordo com o referido documento, tratando-se de uma obrigação, na versão portuguesa, far-se-á uso do presente indicativo e de um verbo auxiliar; já no caso de uma proibição, o tradutor empregará, geralmente, o verbo poder «acompanhado de um marcador de negação».

²⁹ *Guia do Tradutor*, 3.^a edição 2015. Disponível em:
https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf

Member States shall submit a report to [...]	Os Estados-Membros devem apresentar um relatório [...]
The catch in division IVb shall be no more than 1 000 tonnes.	As capturas na divisão IVb não podem exceder 1 000 toneladas.

Exemplos transcritos do documento

De facto, de acordo com as regras de legística nacionais, na elaboração de atos legislativos pelo Governo, a redação deve conformar-se a determinadas regras, entre as quais se inclui o uso do presente do indicativo nos contextos relevantes (art. 19.º)³⁰.

No contexto do seu trabalho, M.^a da Conceição Rodrigues identifica no Código Civil o uso do presente do indicativo, acentuando o valor atemporal que este tempo permite veicular.

«O recurso ao presente do indicativo parece, neste caso, ilustrar sabiamente as palavras de Celso Cunha e Lindley Cintra (1991: 447): “O presente do indicativo emprega-se para indicar acções e estados permanentes ou assim considerados como seja uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei.” De facto, o uso do presente do indicativo no texto de lei parece garantir, de forma automática, a verdade da proposição subjacente, tornando-a numa verdade atemporal.» (Rodrigues 2005: 181)

Nas palavras da mesma autora, «a lei exprime não o estado de coisas que é, mas aquele que deve ser». Conclui de igual forma que, quanto aos marcadores deónticos, se verifica uma utilização mais significativa, no Código Civil, de “poder” em relação a “dever”. Mediante o primeiro, o legislador expressa atos de permissão, ou de proibição, quando acompanhado de operadores de negação. De acordo com a autora, por um lado, nota-se a preferência por “dever” quando o sujeito a quem a obrigação é imposta está determinado; por outro, o verbo “dever” é frequentemente substituído por outras construções que «parecem veicular a mesma ideia de obrigatoriedade, embora formulada de modo mais indirecto, através do recurso ao tempo verbal futuro», mediante o emprego de fórmulas como «entender-se-á», «ter-se-á em conta» (Rodrigues 2005: 178).

O tradutor deve, portanto, conhecer as regras de legística e aplicá-las sempre que possível. Estas regras dispõem, entre outras, indicações relativas ao estilo do discurso (artigo 14.º), ao tempo

³⁰ <https://dre.pt/application/conteudo/70961384>, Resolução do Conselho de Ministros n.º 90-B/2015.

verbal (artigo 19.º) e – no plano ortográfico –, ao uso de maiúsculas e minúsculas (artigo 20.º), ou à pontuação (artigo 25.º).

No que se refere à sua aplicação em sede de tradução de instrumentos internacionais, Sofia Favila-Vieira refere no artigo «O Exercício de Tradução nos Instrumentos Internacionais», que este tipo de documento tem «uma forma, uma redação e regras de apresentação muito próprias que, por vezes, contrariam as regras de legística nacionais, mas que têm de ser respeitadas» (Favila-Vieira 2012: 76).

As regras de legística não são universais e a aplicação de regras legísticas nacionais nem sempre será desejável. Refere a autora que «um instrumento internacional é, com frequência, o produto final de negociações e compromissos entre Estados, ou entre entidades públicas, nacionais e estrangeiras, circunstância espelhada na linguagem e na redação utilizadas no documento original e que tem de ser visível na tradução» (Favila-Vieira 2012: 76). Daqui resulta que o tradutor destes documentos terá de atender à especial natureza do texto, que dita que a forma escolhida para a redação do documento deve prevalecer sobre regras de legística de direito interno.

Um dos pontos vistos como problemáticos, na aplicação das regras de legística nacionais à tradução de instrumentos internacionais, para Favila-Vieira (2012), é precisamente a tradução de *shall*. Na tradução desenvolvida no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a autora advoga a «fidelidade plena ao original, traduzindo “shall” por “deverá”». Na sua opinião, dada a sua natureza de verbo modal, *dever* «expressa diferentes modalidades, consoante o contexto e a intenção do locutor.»

2.2.2 O tradutor jurídico

Sendo a tradução uma forma de mediação entre línguas e culturas, o tradutor deverá agir como mediador intercultural. Nesta qualidade, deve compreender o texto e a sua mensagem para depois os apresentar aos leitores de uma outra cultura e língua. O tradutor tem assim uma obrigação quádrupla relativamente às línguas de partida e de chegada e aos textos de partida e de chegada (cf. Gémar 2005: 42).

No caso da tradução jurídica, exige-se ao tradutor a compreensão de um texto de especialidade. Para tal, além de dominar o tema tratado, o tradutor deve dominar os conceitos básicos e a terminologia do Direito, conhecer os sistemas jurídicos, bem como as convenções linguísticas a aplicar.

Será expectável, contudo, exigir ao tradutor a perfeita compreensão do texto de especialidade? No artigo intitulado «¿Cuánto derecho debe saber el traductor jurídico?», R. M. Asensio afirma que o ideal da perfeita compreensão do texto pelo tradutor está longe do que ocorre no âmbito da prática profissional. Refere o mesmo autor que, no que toca à tradução jurídica, três níveis diferentes podem ser identificados: a compreensão do significado do termo ou expressão jurídica independentemente do contexto concreto; a compreensão do significado do termo ou expressão no caso em concreto; a compreensão do alcance ou das consequências jurídicas do documento.

«El ideal —inalcanzable— de la traducción jurídica sería que el documento traducido recogiera exactamente los mismos significados potenciales que el documento original. Tanto para deducir el significado documental como el jurídico es necesario *saber derecho*, aunque en diferentes proporciones» (Asensio 2005: 107)

Para empreender a tarefa de tradução, o tradutor deve idealmente compreender o significado documental. Na opinião do autor, contudo, os conhecimentos exigíveis ao tradutor jurídico não são os mesmos que os exigíveis aos membros das profissões jurídicas. É desde logo de referir que o tradutor deverá dominar conceitos de dois sistemas jurídicos, informações que não tão frequentemente serão úteis aos profissionais do Direito.

O tradutor jurídico deve conhecer o suficiente para compreender o texto, e assim lograr empreender a tarefa em questão. Delimitar a medida do conhecimento jurídico do tradutor, contudo, não é uma tarefa fácil, já que será necessariamente variável, consoante o tipo de texto, as línguas e os sistemas jurídicos. Contudo, considerando que o tradutor vem habitualmente da área de Letras, não me parece legítimo exigir um conhecimento da área jurídica semelhante a alguém com formação jurídica. Como afirma Asensio: «No basta con proponerse que el traductor sepa tanto derecho como el jurista: esto es irreal, es relativo, varía y resulta imposible de definir y establecer» (Asensio 2005: 109).

Também Sofia Favila-Vieira, a este propósito, e no domínio da tradução de instrumentos internacionais, refere que o tradutor «tem ainda de possuir conhecimentos jurídicos sólidos, que moldem a sua aptidão e competência linguísticas à linguagem jurídica e lhe permitam descodificar esta última, para depois poder transpô-la, não apenas para outra língua, mas também, e principalmente, para a realidade de outro sistema jurídico» (Favila-Vieira 2012: 76).

O papel do Direito Comparado

«La falta de equivalencias entre instituciones jurídicas sólo se puede solucionar con un profundo conocimiento de los ordenamientos jurídicos, que la traducción como acto de comunicación intercultural pone en contacto.» (Albi 2005: 87)

O Direito Comparado é um ramo da ciência jurídica que procura dar conta do pluralismo jurídico — «tomado aqui como a coexistência de sistemas jurídicos distintos, que constituem a expressão normativa de mundividências diversas e de valores e ideais diferenciados» (Moura Vicente 2009: 7); para isso, «ordena os sistemas jurídicos em *tradições* ou *famílias jurídicas*» (*idem, ibidem*), fazendo um estudo comparativo. Devendo o tradutor possuir conhecimentos sobre os sistemas jurídicos com que trabalha, é de questionar se os trabalhos publicados no âmbito do Direito Comparado deverão ser consultados e tratados como fonte de esclarecimento de dúvidas para o tradutor.

Para o jurista, a comparação entre sistemas jurídicos é habitualmente realizada como forma de resolver uma questão em concreto; move-os um interesse prático (Arntz, *apud* Engberg 2013: 11). O Direito Comparado atua aqui como uma forma de estudar e comparar as diferentes soluções encontradas pelos sistemas jurídicos para problemas análogos. As questões que se deparam ao tradutor jurídico são, porém, diferentes. Não se trata de estabelecer equivalências ao nível dos sistemas jurídicos, mas sim de estabelecer uma equivalência ao nível dos conceitos, uma preocupação que é partilhada com os terminólogos.

Refere Jan Engberg que «legal translation may be seen not as the creation of a conceptual system in the target language, but as the communication of the content conveyed by a text in a target language» (Engberg 2013: 12).

Como os juristas, os tradutores jurídicos querem resolver problemas concretos, porém linguísticos e não jurídicos. Como explica o referido autor, o tradutor visa produzir «a text which gives rise to knowledge creation in the T'T situation sufficiently similar to that in the ST situation according to the communicative purpose of the T'T [...]» (*ibidem*: 13).

A diferença de objetos de estudo, porém, não significa que a mencionada disciplina não seja útil ao tradutor. É pela leitura dos textos jurídicos, nas suas várias formas (manuais, artigos, textos legais) que o tradutor irá esclarecer dúvidas relativas ao uso da língua; os textos de direito comparado ajudam-no de resto à compreensão da origem de conceitos, a avaliar e a delimitar o seu valor semântico. Sandrini, citado por Engberg (2013: 22), conclui: «The fact that legal language is culture-bound is not only important for the content, but also for the expressions applied in legal texts.»

2.3 A equivalência na tradução jurídica

No âmbito dos Estudos de Tradução, a equivalência não é um conceito livre de controvérsia. As opiniões dividem-se entre os autores que se servem do conceito de equivalência para explicar a tradução, baseando as teorias da tradução em relações de equivalência entre textos ou partes de textos, e aqueles que consideram a equivalência um conceito irrelevante ou prejudicial para os Estudos de Tradução. No primeiro caso, a equivalência é entendida como «the relation between a source text (ST) and a target text (T'T) that allows the T'T to be considered as a translation of the ST in the first place» (Kenny 1998: 77).

Um dos problemas apontados a este conceito, segundo Pym, por exemplo, é precisamente a sua circularidade: a equivalência é determinante para a tradução, definindo-a; a tradução, por sua vez, define a equivalência. Deste modo, apesar de o conceito de equivalência ser frequentemente utilizado para definir e sustentar as teorias de tradução, ele continua a ser um conceito vago e não consensual. Foram várias as classificações de equivalência desenvolvidas pelos estudiosos na tentativa de compreender e delimitar o conceito.

Em 1969, Eugene Nida e Charles Taber afirmam: «Translating consists in reproducing in the receptor language the *closest natural equivalent* of the source language message, first in terms of meaning and secondly in terms of style» (Nida e Taber 1982: 12). Os autores desenvolveram as noções de equivalência dinâmica e formal, de acordo com as quais: o tradutor opta pela equivalência

dinâmica, quando procura reproduzir no leitor do TC os mesmos efeitos produzidos no leitor do TP, ou pela uma equivalência formal, sempre que procura reproduzir determinadas características formais do TP no TC, nomeadamente, de ordem ortográfica e fonológica (cf. Kenny 1998: 77).

Catford, por outro lado, fala em equivalência textual e correspondência formal. Para o autor, não é possível encontrar em línguas diferentes palavras com o mesmo significado: o significado é inerente a um determinado contexto linguístico e não pode por isso ser transferido para outro contexto linguístico. Catford é assim um dos teóricos que distinguem entre «hypothetical mappings between elements of abstract language systems (at the level of langue) on the other hand, and actual observable mappings between elements of real STs and TTs (at the level of parole)» (Catford *apud* Kenny:78). Próxima desta classificação está a distinção entre *Korrespondenz* e *Äquivalenz*, teorizada por Koller, que nomeia igualmente cinco tipos de equivalência, introduzindo assim uma noção de graduação no conceito.

A equivalência passou a ser considerada entre dois textos e já não entre dois sistemas linguísticos. Segundo Toury, equivalência é «a combination of, or compromise between, the two basic types of constraints that draw from the incompatible poles of the target system and the source text and system» (*apud* Cao 2007: 33). Fala-se agora numa equivalência relativa, dependente do texto e das condicionantes do tradutor, «independent of whether an element in one code is synonymous with a correlated element of another code» (*idem, ibidem*).

No mesmo sentido, Cao (2007: 34) afirma «it is futile to search for absolute equivalence when translating legal concepts». De facto, dificilmente um conceito jurídico terá o mesmo significado em dois sistemas jurídicos diferentes. Vimos inclusive como, dentro da mesma língua, um mesmo conceito jurídico pode assumir diferentes designações, ou designar realidades diferentes. Por outro lado, como temos vindo a referir, diferentes realidades e experiências históricas, sociais e políticas, refletem necessariamente sistemas e interpretações particulares.

Também Jean Claude Gémard se debruça sobre a questão da equivalência e do seu significado para o tradutor de textos jurídicos. Alguns conceitos fundamentais do Direito têm a sua equivalência há muito estabelecida; por exemplo, *boa fé*, *good faith*, *Treu und Glauben* são considerados termos equivalentes. Contudo, explica o autor, estamos nestes casos perante uma equivalência funcional: «La buena fé es un principio reconocido casi universalmente, pero que no descansa sobre los mismos fundamentos jurídico-socio-políticos de un país a outro» (Gémard 2005: 54). São vários os

conceitos jurídicos tidos por equivalentes, apesar de as realidades por si designadas apresentarem contornos diferentes. Porém, o tradutor encontrará também termos sem equivalência noutra língua, e outros em que a tradução «más o menos oficial o equivalente» não resulta de uma equivalência funcional, dado os termos designarem realidades não coincidentes (*Act of God* e *Force Majeure*).

De tudo o exposto, e perante as dificuldades e a complexidade da tradução jurídica, resta saber se a mesma será afinal possível. De facto, nas palavras de Gémár,

«Cuando se conoce la amplitud del campo semántico que subyace a cada uno de estos términos, fruto de una larga historia jurídica y política, creer en su equivalencia atestigua, si no una cierta ignorancia, por lo menos sí una gran ingenuidad. Esto vendría a desmerecer a las lenguas, culturas y tradiciones sociopolíticas de cada país.» (Gémár 2005: 55)

No entanto, e considerando que traduzir significa transmitir o sentido de uma mensagem num outro sistema linguístico e cultural, a tradução jurídica é possível. Mais do que encontrar equivalências entre palavras ou frases, o tradutor informa o destinatário de um conteúdo dotado de um sentido particular. Segundo Gémár, «la creencia de que la traducción es posible se basa más en el principio de equivalencia de situaciones que en la supuesta equivalencia de lenguas» (Gémár 2005: 58) Também Cao refere que, não obstante todas as diferenças, predominam as semelhanças nas sociedades humanas:

«translating law is possible, and cross-cultural understanding in law can be realised although such understanding is always subjective and may not be identical in all languages at all time. However, one may say that no exact equivalence or complete identity of understanding can be expected or is really necessary.» (Cao 2007: 35)

2.4 As teorias da tradução

As teorias de tradução ajudam o tradutor a identificar critérios e a definir estratégias para resolver problemas de tradução. A equivalência foi, durante muitos anos, tema de debate central nos Estudos da Tradução, sendo sobretudo tratada de um ponto de vista linguístico. Nos anos 70 do século XX, outros fatores chamaram a atenção dos teóricos da área, e domínios ou questões como a

análise do discurso, a tipologia textual e o efeito da tradução no leitor passaram então a fazer parte do debate.

Em 1971, Katherina Reiss, partindo da categorização das funções da linguagem desenvolvida por Karl Bühler, propõe um novo modelo de classificação de tipos de texto, cuja novidade consistia em considerar a função do texto. A cada tipo de texto — informativo, expressivo e operacional — corresponderia uma estratégia de tradução. A ênfase no aspeto funcional liberta o tradutor da mera reprodução linguística do texto.

«In her translation-oriented text typology, Katharina Reiss set out from the hypothesis that the decisive factor in translation was the dominant communicative function of the source text. This could mean that any particular text, belonging to one particular text type, would allow for just one way of being translated: the ‘equivalent’ way.» (Nord 1997: 38)

Partindo da *translational action* de Holz-Mänttari, surge nos anos 80 do século XX a *Skopos* theory, com vista a estabelecer uma teoria geral de tradução. Para os autores do livro onde esta teoria é apresentada, Hans Vermeer e Katherina Reiss, a tradução é uma atividade de mediação intercultural, e será função do texto determinar a estratégia de tradução: «*Skopos* theory focuses above all on the purpose of the translation, which determines the translation methods and strategies that are to be employed in order to produce a functionally adequate result.» (Munday 2001: 79)

A tipologia textual de Reiss, coautora da obra, é revista: a anterior correlação entre tipo de texto e estratégia de tradução «is restricted to the special case of functional invariance between source and target text» (Nord 1997: 36). No âmbito da *Skopos* theory, a função a considerar é a do texto de chegada, que não coincide necessariamente com a do texto de partida. O tradutor é agora um produtor textual, que atua em função de um propósito comunicativo.

O conceito grego de *skopos* (palavra que significa objetivo, finalidade), inicialmente também designado propósito, intenção ou função, foi mais tarde clarificado por Nord: intenção é definida do ponto de vista do emissor, enquanto a função deve ser entendida do ponto de vista do recetor.

«It is not the source text as such, or its effects on the source-text recipient, or the function assigned to it by the author, that determine the translation process, as is postulated by

equivalence-based translation theories, but the prospective function or *skopos* of the target text as determined by the initiation's, i.e. client's needs.» (Schäffner 1998: 236)

Constituindo o texto uma oferta de informação a um recetor, a tradução passa a ser vista como uma segunda oferta de informação, que não incluirá necessariamente todo o texto, mas apenas alguns aspetos dele, a seleccionar pelo tradutor de acordo com a intenção comunicativa. Sempre que a função do texto de chegada difere da do texto de partida, a tradução passa a ser avaliada em função da adequação do texto: «the standard for the translation will not be intertextual coherence with the source text but adequacy or appropriateness to the *skopos*, which also determines the selection and arrangement of content» (Schäffner 1998: 236). De acordo com Nord: «Within the framework of *Skopostheorie*, “adequacy” refers to the qualities of a target text with regard to the translation brief: the translation should be “adequate to” the requirements of the brief» (Nord 1997: 35). O conceito de equivalência, por sua vez, refere-se à adequação ao Skopos, que respeita a uma função comunicativa idêntica à do texto de partida: «That is, the concept of equivalence is reduced to “functional equivalence” on the text level of what Reiss refers to as “communicative translation”» (Nord 1997: 36). Constata-se uma mudança relativamente ao estatuto do texto:

«It is up to the translator as the expert to decide what role a source text is to play in the translation action. The decisive factor is the precisely specified *skopos*, and the source text is just one constituent of the commission given to the translator» (Schäffner 1998: 237).

No seguimento da Skopostheorie e da tipologia textual proposta por Reiss, Nord propõe um novo modelo funcionalista, que distingue entre função do processo de tradução e função do texto de chegada enquanto resultado desse processo (cf. Nord 1997: 45).

Em 1989, Nord desenvolve uma tipologia de processos de tradução, classificando-os em tradução documental e tradução instrumental. A tradução documental produz na língua de chegada um documento da cultura de partida, desempenha uma função metatextual. Nas palavras da autora, este processo «aims at producing in the target language a kind of *document* of (certain aspects of) a communicative interaction in which a source-culture sender communicates with a source-culture audience via the source text under source-culture conditions» (Nord 1997: 47).

As formas da tradução documental elencadas pela autora são: (i) tradução interlinear, centrada nas características morfológicas, lexicais ou sintáticas do sistema da língua de partida, como se apresentam no texto de partida (por exemplo, tradução realizada no âmbito da linguística

comparativa); (ii) tradução literal ou gramatical, tradução que reproduz palavras do original adaptando as suas estruturas sintáticas, bem como o uso idiomático do seu vocabulário, às normas da língua de chegada (por exemplo, a tradução de um testemunho de um político estrangeiro para um artigo de jornal); (iii) tradução filológica, em que a tradução literal do texto de partida é acompanhada de notas de rodapé que complementam o texto com explicações sobre a língua ou a cultura de partida (forma utilizada na tradução de textos clássicos); (iv) tradução exoticizante, a tradução de um texto de ficção que reproduz, por exemplo, o ambiente cultural retratado no texto de partida, contribuindo, dessa forma, para uma sensação de estranhamento ou distância cultural.

Por sua vez, a tradução instrumental «aims at producing in the target language an *instrument* for a new communicative interaction between the source-culture sender and a target-culture audience, using (certain aspects of) the source text as a model» (Nord 1997: 47). O leitor de chegada não sabe estar perante uma tradução, dado o texto adotar as normas e convenções da língua e cultura de chegada.

Entre as formas possíveis da tradução instrumental, a autora identificou: (i) a tradução equifuncional, em que o texto de partida e o texto de chegada desempenham a mesma função (é o caso típico da tradução de um manual de computador); (ii) a tradução heterofuncional, quando a função não pode ser integralmente preservada no texto de chegada, devendo ser adaptada à cultura ou público-alvo; (iii) a tradução homóloga, relativa a textos literários e poéticos, em que o tradutor procura uma estratégia para obter um efeito semelhante na cultura de chegada.

Estratégias de tradução aplicadas à tradução jurídica

O respeito pela letra da lei leva alguns autores a afirmar que a tradução jurídica deve procurar reproduzir o mais fielmente possível a forma e a substância do texto original. Outros têm em consideração o tipo de texto, distinguindo situações em que o tradutor está dotado de maior liberdade. Neste sentido, Didier argumenta que a tradução de acórdãos se coaduna com a maior liberdade do tradutor (*apud* Šarcevic 2000: 3). A falta de consensos quanto à estratégia a seguir, porém, não obsta ao reconhecimento de que a função do texto pode ditar uma solução diferente. No que se refere aos textos jurídicos de natureza vinculativa, por exemplo, «it is agreed that substance must always prevail over form in legal translation» (Šarcevic 2000: 3). No entanto, explica Šarcevic, a prática mostra como as estratégias de tradução variam de consoante a jurisdição, inclusive

para o mesmo tipo de texto. Este facto leva a autora a concluir que as teorias gerais de tradução funcionalistas não resolvem o problema da tradução jurídica.

«Nonetheless, as seen above, authentic legislative texts are translated differently in different jurisdictions, thus suggesting that generalizations about translation strategy based primarily on function are insufficient in legal translation. In order to identify which criteria are decisive in determining a translation strategy for legal texts, it is necessary to analyze the communicative factors in each situation» (Šarcevic 2000: 3)

A autora questiona, deste modo, a aplicabilidade da *Skopostheorie* a todo o tipo de textos. No caso particular da tradução jurídica, considera, a função do texto tem de ter em conta as consequências jurídicas da tradução.

«In regard to contracts, the decision whether and to what extent target-language formulae are adequate is determined primarily by the law governing the particular contract, not function (Šarcevic, 2000: 2).»

São vários os autores que argumentam que o papel do tradutor é produzir textos que desencadeiem os mesmos efeitos jurídicos:

«to understand not only what the words mean and what a sentence means, but also what legal effect it is supposed to have, and how to achieve that legal effect in the other language.» (Šarcevic 2000: 3)

Do mesmo modo, a autora chama a atenção para o papel do tradutor, cujo estatuto oscilou já entre mediador cultural e produtor textual.

«Regardless of the degree to which legal translators are incorporated in the communication process, it is essential that they do not act in isolation.» (*ibidem*: 4)

No que diz respeito às estratégias de tradução, e apesar das especificidades da tradução jurídica supramencionadas, são de aplicar as estratégias propostas para a tradução em geral. Como refere Calleja:

«[los] problemas metodológicos son, a priori, los mismos que puede ocasionar la traducción jurídica, tanto los obstáculos lingüísticos como los problemas de orden léxico y sintáctico. Por tanto, no se puede dissociar la traducción jurídica de las otras formas de traducción, aunque ésta presente ciertas dificultades específicas bastante complejas. » (Calleja 1994: 9)

Consciente da diversidade de teorias, neste trabalho, optei por abordar os problemas de tradução à luz das estratégias propostas por Chesterman, que mais à frente explanarei.

2.5 Tradução Institucional

As normas da tradução

O tradutor realiza a tradução a pedido de um determinado cliente. A tradução, enquanto ato comunicativo, procura veicular uma mensagem, tendo normalmente um emissor e um recetor. O pedido vai desta forma desencadear e condicionar a tradução. Há uma expectativa acerca do trabalho final, ou das características essenciais deste, que é normalmente partilhada pelo tradutor e pelo recetor do trabalho. Podemos por isso afirmar que a tradução é uma atividade determinada/governada por normas.

Gideon Toury em *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995) refletiu sobre as normas que orientam e condicionam o trabalho do tradutor, partindo de uma análise descritiva e orientada à cultura de chegada. Como refere Siobhan Brownlie, Toury foi buscar a noção de norma à Sociologia, já que para o autor «translating is a learned social activity», quando afirma:

«“translatorship” amounts first and foremost to being able to play a social role, i.e., to fulfil a function allotted by a community — to the activity, its practitioners, and/or their products - in a way which is deemed appropriate in its own terms of reference. The acquisition of a set of norms for determining the suitability of that kind of behaviour, and for manoeuvring between all the factors which may constrain it, is therefore a prerequisite for becoming a translator within a cultural environment.» (*apud* Brownlie 1999: 7)

Toury define norma como:

«the translation of general values or ideas shared by a community — as to what is right and wrong, adequate and inadequate — into performance instructions appropriate for and applicable to particular situations, specifying what is

prescribed and forbidden as well as what is tolerated and permitted in a certain behavioural dimension» (*idem, ibidem*)

De acordo com a classificação apresentada pelo autor, as normas preliminares são aquelas relacionadas com a política da tradução (*translation policy*) — por exemplo, a decisão sobre quais os textos a traduzir e a direção da tradução (*directionality*), sobre se a tradução será apenas direta ou se a via indireta é permitida; a norma inicial, por sua vez, esta relacionada com a estratégia de tradução. Esta poderá oscilar entre os polos da adequação (caso em que a tradução subscreve as normas do sistema do texto de partida) e da aceitabilidade (caso em que a tradução segue as normas que regem o sistema da língua de chegada); por último, as normas operacionais relacionam-se com as decisões tomadas pelo tradutor durante o processo tradutivo. Por seu turno, estas foram subdivididas em (i) matriciais, relacionadas com a distribuição do material textual, segmentação, entre outros, e em (ii) linguístico-textuais, relativas à seleção do material da língua de chegada — operações de omissão, compensação, explicitação, entre outras.

Tradução institucional

Apesar da natureza intercultural que têm em comum, as instituições internacionais não seguem necessariamente a mesma política linguística, podendo, por exemplo, adotar uma, duas ou mais línguas de trabalho, ou de tradução, e podendo variar também os critérios que estabelecem quais os documentos sujeitos a tradução. Pym identificou três estratégias diferentes adotadas pelas instituições nacionais e internacionais (cf. Meyalerts 2011: 167): (i) a instituição adota uma ou duas línguas de trabalho; (ii) a instituição segue uma política de tradução multilateral; (iii) a instituição adota uma ou duas línguas de trabalho, e a tradução é apenas utilizada na comunicação com o cliente.

Um exemplo do segundo caso seria o da União Europeia, embora não se verifique na prática um sistema perfeito de tradução multilateral. A tradução de e para todas as línguas é conseguida por via de tradução indireta.

«The nightmare combination of transfers to and from all languages is nevertheless illusory, thanks to the practical reduction of working languages, as well as the growing use of pivot languages in translation and interpreting services. This

means that complete multilateral translation is rarely to be found. In its place, we have a combination of language learning and translation.» (Pym 2008: 8)

Quando falamos em tradução institucional, referimo-nos à tradução realizada no âmbito de instituições, abrangendo pois órgãos públicos, nacionais e internacionais, e organizações internacionais. Esta tradução pode ocorrer no seio da instituição, caso em que é executada por funcionários da instituição, ou fora da instituição, quando é realizada por tradutores *freelancers* ou por agências de tradução.

A própria noção de instituição tem sido objeto de estudo, e autores há que se interrogam sobre se haverá tradução que não seja institucional. No âmbito deste estudo, contudo, seguimos a definição dada por Koskinen:

«We are dealing with institutional translation in those cases when an official body (government agency, multinational organization or a private company, etc.; also an individual person acting in an official status) uses translation as a means of “speaking” to a particular audience. This, in institutional translation, the voice that is to be heard is that of the translating institution. As a result, in a constructivist sense, the institution itself gets translated.» (Koskinen 2011: 56)

A este propósito, Koskinen refere que a tradução institucional é uma forma de autotradução. De facto, o contexto multilíngue das instituições vai ditar muitas vezes a necessidade de produção/tradução em várias línguas em simultâneo, casos em que a instituição será ao mesmo tempo autora do texto de partida e do texto de chegada. Por outro lado, quando o texto faz fé em várias línguas, por exemplo, no caso de um tratado internacional, a tradução passa a ser considerada texto original. Neste caso, o texto original e os textos traduzidos são absolutamente equivalentes, isto é, produzem os mesmos efeitos. De referir ainda que, dado serem normalmente publicados em simultâneo, todos os destinatários têm a sensação de contactar com um texto dotado de intenção autoral original.

A mesma autora aponta ainda a padronização como outra das características da tradução institucional que, neste caso, está diretamente relacionada com a natureza anónima e coletiva que caracteriza o tradutor. Independentemente de quem executa a tarefa de tradução, a voz autoral é a instituição. Isto por sua vez vai ter implicações que se prendem com a necessidade de apresentar um trabalho coerente. A par de consistência terminológica, os documentos institucionais tendem a

observar uma estrutura e um estilo próprios, linguagem despersonalizada e formal. A linguagem utilizada pelas instituições é porventura uma das características mais frequentemente abordadas. De facto, o texto institucional dá lugar a uma tradução também ela institucional, que adota a linguagem utilizada num domínio institucional específico e que frequentemente se afasta daquela utilizada na cultura de chegada. No mesmo sentido, Koskinen afirma:

« (...) most translations are produced within the institutional context, not the target culture, and they may therefore appear unfamiliar or strange for the target audience (...). Because of this they have also been labelled as “hibrid texts”» (Koskinen 2011: 58)

A fim de conseguir a uniformização e a coerência da tradução, as organizações recorrem frequentemente a livros de estilo e outras práticas que garantam a revisão e o controlo interno da qualidade. Bases de dados, recursos terminológicos, entre outros, constituem igualmente ferramentas importantes para o sucesso da tradução institucional. Também Ramón Garrido Nombella enumera algumas características da tradução institucional, destacando-se, desde logo, o anonimato do tradutor. A tradução resulta muitas vezes de um trabalho de equipa, seja porque a tradução foi dividida por vários tradutores, seja porque mecanismos internos de controlo de qualidade resultam na intervenção de várias pessoas num único texto. Por outro lado, o texto poderá ainda sofrer alterações depois de sair das mãos do tradutor:

«(...) institutional texts are ‘alive’ in a certain sense and suffer quite a few changes along the way until they reach their intended destination. And very often translators are unhappy with some of these changes, which sometimes are of unknown origin or intention.» (Garrido Nombella 2013: 144)

Em suma, o texto serve um propósito institucional e até atingir o destinatário poderá passar por várias mãos. Motivações relacionadas com questões extralinguísticas ou de prática institucional poderão assim ditar alterações subsequentes à fase da tradução.

Outra das características salientadas por Garrido Nombella é a intertextualidade. Os textos institucionais comportam muitas vezes referências a outros documentos, como versões anteriores do mesmo texto, legislação que serve de base ao texto, entre outros. Estas referências devem ser identificadas pelo tradutor, que terá de respeitar e seguir a tradução anterior.

Como anteriormente referimos, o multilinguismo é um dos pilares da Nações Unidas. A par da DGT-UE, a ONU é um dos maiores empregadores de profissionais da tradução para as suas línguas oficiais. Apesar de as unidades de tradução, distribuídas pelos vários escritórios da organização, enfrentarem desafios próprios, nomeadamente os decorrentes da sua dimensão e volume de trabalho, é possível identificar características comuns e específicas do trabalho de tradução desenvolvido por cada uma das unidades. Estas unidades de trabalho, apesar de separadas geograficamente, funcionam sob a direção única do Departamento da Assembleia Geral e de Gestão de Conferências, do Secretariado-Geral da ONU, e, como referem Deborah Cao e Xingmin Zhao, seguem orientações comuns ou idênticas (cf. Cao e Zhao 2008). Os mesmos autores identificam as características comuns, que classificam como linguísticas ou extralinguísticas ou institucionais. As Nações Unidas têm um sistema próprio que determina não apenas quais os documentos submetidos a tradução, mas também quais as especificidades de redação de cada tipo de documento, nomeadamente técnicas e estilísticas.

É de referir também que a tradução constitui uma das fases do ciclo de produção da documentação. O volume diário de documentação produzida é elevado e o procedimento por que a mesma passa é longo e envolve vários departamentos e profissionais. A Divisão de Tradução terá de se conformar ao prazo determinado e ao mesmo tempo garantir um documento de elevada precisão e qualidade.

«UN documents may be drafted, edited, translated, printed and distributed in all six official languages, and sometimes processed overnight. Without its documentation, the work of a UN intergovernmental body may grind to a halt.» (Cao e Zhao 2008: 3)

A documentação produzida no âmbito da organização, por outro lado, obedece a um estilo próprio, formado ao longo do tempo, que pretende transmitir uma mensagem inteligível para destinatários de diferentes proveniências e culturas. Os temas abrangidos são variados – desarmamento, ambiente, direito internacional, entre muitos outros – e os documentos assumem diferentes formas. O tipo de documento varia, por exemplo, consoante o órgão de que emana, podendo assumir um caráter oficial, caso em que decorre de autorização legislativa, ou constituir um documento de trabalho. Para cada caso, haverá, contudo, um formato dito padrão, que deve ser observado pelo tradutor. Por sua vez, os domínios abordados serão normalmente especializados, o

que poderá implicar o recurso a uma linguagem especializada. Sobre este aspeto, Deborah Cao e Xingmin Zao esclarecem «UN documents are known for its length and volume and also for its bureaucratic jargon and usage», e apontam paralelismos com o que se passa nas instituições europeias, que, no passado, referem os mesmos autores, foram acusadas de *eurospeak* ou *eurobabble*.

Por outro lado, tal como acontece noutras organizações internacionais, os textos submetidos a tradução podem ser redigidos por um ou mais autores, que poderão não ser falantes nativos da língua em que o documento é redigido. Nestes casos, poderão dar-se problemas de interpretação, que terão de ser ultrapassados para que a tradução seja possível. É importante, contudo, distinguir os casos em que a ambiguidade é não intencional daqueles em que a ambiguidade é propositada.

«Many of the international instruments and other texts are the result of political and other compromise and delicate balance of interests of different parties after long periods of negotiations and re-negotiations. Because of this, there is often calculated ambiguity in international instruments. For instance, not infrequently, deliberate imprecision and generalities are found in treaties.» (Cao e Zhao 2008: 9)

Tradução jurídica nas Nações Unidas

«Legal translation is ubiquitous in UN translation work and it is hard to find a clear boundary between legal translation and non-legal translation». (Zhao e Cao 2013: 204)

No âmbito das Nações Unidas, são a Comissão dos Assuntos Jurídicos da Assembleia Geral, a Comissão do Direito Internacional e a Comissão das Nações Unidas para o Direito Internacional que estão encarregados dos assuntos jurídicos. O Tribunal de Justiça Internacional, por sua vez, é um órgão judicial que tem como línguas de trabalho o francês e o inglês, ao contrário dos órgãos acima referidos, cujos documentos são traduzidos para todas as línguas oficiais.

Quanto aos principais tipos de texto jurídico produzidos pela organização, podemos distinguir, seguindo Zhao e Cao: tratados e esboços de artigos; resoluções e decisões; relatórios; resumos de acórdãos; atas de reuniões.

De acordo com os mesmos autores, as grandes dificuldades da tradução jurídica para as Nações Unidas são:

- A grande diversidade de assuntos. Pode parecer um contrassenso, uma vez que acima se afirmou que quase toda a tradução desenvolvida no seio desta organização é jurídica. É verdade que a natureza jurídica do texto vai não apenas limitar as ferramentas do tradutor, que tem de se cingir ao léxico jurídico, como também determinar o seu esqueleto, isto é, a sua estrutura, ao nível da sintaxe da frase e da construção do texto. Contudo, o texto jurídico serve geralmente um propósito de reflexão ou de regulação sobre um aspeto da vida, intersetando-se com outras áreas do saber. O tradutor das Nações Unidas deve conhecer ou estar apto a compreender diferentes temas e deve dominar léxicos de áreas variadas.
- A dimensão multicultural e multilingue e a harmonização terminológica. Poderá dar-se o caso de, por exemplo, num debate da Comissão de Direito Internacional, os intervenientes refletirem sobre o vocabulário escolhido para designação de uma realidade ou conceito jurídico em cada uma das línguas oficiais. Neste caso, o tradutor deverá ser capaz de compreender e distinguir as diferentes realidades representadas por tais conceitos para produzir uma tradução de qualidade. Por outro lado, a terminologia utilizada tem de ser consistente e transversal a todos os documentos, que são sistematicamente produzidos por unidades diferentes da organização.
- Aspetos históricos relacionados com a evolução da língua e que podem dificultar a consistência da terminologia ao longo do tempo. O tradutor deverá sempre confirmar o documento que serve de base ao texto que tem em mãos, pois poderá ser necessário citar ou mesmo repetir o uso de uma expressão que, por exemplo, já não seja a utilizada na atualidade.

Tradução nas Instituições Europeias

A União Europeia, união económica e política de 28 Estados diferentes, criada no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, desde o início assumiu como um dos seus objetivos o respeito pela grande diversidade cultural e linguística dos seus membros. Nesse sentido, as línguas oficiais da UE são as dos seus Estados membros, ou a língua escolhida pelo Estado membro no momento da sua adesão, e são simultaneamente línguas de trabalho. Os documentos legislativos da UE são publicados em todas as línguas oficiais e, no diálogo com as instituições, os cidadãos podem recorrer a qualquer uma das línguas oficiais. Da mesma forma, os representantes eleitos dos cidadãos podem intervir em qualquer uma das línguas oficiais da União.

Esta política linguística de tradução multilateral é responsável por um número inigualável de traduções e, ao mesmo tempo, criadora de uma nova cultura linguística e também jurídica. Além da Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia, um dos maiores empregadores mundiais de tradutores, outros departamentos se ocupam da tradução e interpretação, como a Direção-Geral de Interpretação do mesmo organismo, ou o Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia, que auxilia as agências descentralizadas da UE. Além da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, outros organismos detêm serviços próprios de tradução, como o Conselho da Europa, o Comité Social e Económico, o Tribunal de Contas Europeu, o Tribunal de Justiça, o Banco Europeu de Investimento ou o Banco Central Europeu. Com os sucessivos alargamentos, e com o consequente aumento das necessidades de tradução, as instituições foram obrigadas a adaptar-se às novas exigências e a crescer para garantir a qualidade dos serviços prestados. Desta forma, além da tradução desenvolvida no seio das instituições, parte das necessidades de tradução é garantida pelo recurso a *freelancers*³¹.

No seu artigo «Training translators to work for the EU institutions: luxury or necessity?», Vilelmini Sosoni (Sosoni 2011) elenca algumas particularidades da tradução para as instituições europeias. Entre elas, a igualdade linguística. Os textos têm o mesmo valor em todas as línguas. Além de a mensagem veiculada ser a mesma, o texto traduzido deve seguir a mesma estrutura, sem adições ou omissões, e inclusive deve replicar o mesmo número de frases, de modo a facilitar a referência a qualquer parte do documento. Neste sentido, a tradução, uma vez terminada, adquire o carácter de original. Contudo, dados os requisitos da sua elaboração, o resultado poderá afastar-se do que seria expectável na cultura de chegada, seja no que se refere à estrutura ou modelo do documento, seja no que diz respeito à sintaxe.

Por outro lado, a clareza exigida pela DGT nem sempre se afigura fácil para o tradutor. O texto pode revelar-se ambíguo, seja pela complexidade dos temas tratados ou por limitações linguísticas dos autores, seja inclusive por opção. O tradutor tem, por isso, de avaliar cada caso, interpretar e tomar uma decisão adequada. Também o tipo de registo levanta problemas ao tradutor, dada a natureza variada de textos a traduzir, que visam destinatários diferentes, mas também, como explica Sosoni, porque os tradutores,

«especially freelance translators, do not always have sufficient information regarding the *skopos* and readership of the TT (if any) and, second, because EU texts are

³¹ Em 2008, cerca de 26% da tradução era garantida por *freelancers* (cf. Sosoni 2011).

characterised by intertextuality (cf. 2.1.3) and interdiscursivity (Lindholm 2008) to the degree that it is not always possible to isolate and use a uniform register throughout a text.» (Sosoni 2011: 89)

Também a intertextualidade e a terminologia específica, que inclui muitos neologismos, são apontadas como particularidades da tradução para as instituições europeias. Por sua vez, Aleksandra Čavoški, no seu artigo sobre a tradução jurídica no contexto das instituições europeias (Čavoški 2012), salienta a especificidade deste tipo de tradução e destaca, desde logo, a ambiguidade causada pela falta de clareza de algumas passagens a traduzir: cerca de 81 % dos textos são redigidos em inglês (de acordo com dados de 2013) e os seus autores são maioritariamente não nativos daquela língua, não estando familiarizados com as especificidades do inglês jurídico ou do sistema da *common law*. Podemos mesmo observar a existência de um inglês próprio das instituições europeias. Por outro lado, a própria natureza do texto jurídico é criadora de problemas para o tradutor, que tem não apenas de conciliar termos oriundos de sistemas diferentes, mas também de encontrar na língua de chegada equivalentes para termos criados no domínio institucional.

O caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol

O Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol é uma das instituições públicas da Europa com um dos departamentos de tradução mais antigos, criado em 1527, época em que o império multilingue de Carlos V necessitava de tradutores que viabilizassem a comunicação com diferentes regiões do império e com a Igreja.

Atualmente, o seu departamento de tradução e interpretação ocupa-se da tradução oficial para a língua espanhola de acordos internacionais e outros documentos, bem como da tradução de documentos oficiais ou documentos de trabalho para língua estrangeira. Além de tarefas de tradução, os vinte funcionários desta divisão executam tarefas de interpretação em conferências e reuniões, em que representantes espanhóis tomem parte. Poderão também intervir em sede de redação na qualidade de linguistas, a fim de prevenir ambiguidades que possam mais tarde dificultar a tradução. À imagem do que ocorre nas grandes instituições internacionais, também os tradutores trabalham apenas na sua língua materna. Esta, contudo, continua a não ser uma prática corrente noutros serviços de tradução institucional em Espanha e em outros países. Quanto aos obstáculos

próprios desta divisão, Ramón Garrido Nombela refere a falta de pessoal e de ferramentas tecnológicas adequadas.³²

O caso da Diretiva 64/2010/UE

A diplomacia e as relações internacionais são possíveis graças à comunicação escrita e oral. Esta é normalmente realizada mediante uma língua comum, que é ao mesmo tempo criadora de pontes e de obstáculos. Os atos de comunicar em língua estrangeira ou em língua materna são sempre diferentes e estão dependentes da proficiência linguística dos agentes que tomam parte no ato comunicativo. A tradução desempenha neste contexto um papel importante e muitas vezes determinante no desfecho do ato comunicativo, pois cumpre o propósito de auxiliar a comunicação entre agentes e representantes de diferentes culturas linguísticas.

A tradução é desta forma garante da democracia, possibilitando o igual acesso à informação e legislação emitida ou divulgada pelas organizações e instituições e simultaneamente promovendo uma participação igualitária.

Tanto a legislação internacional como a nacional têm cláusulas que estabelecem a necessidade de apoio linguístico como uma necessidade decorrente do direito à defesa. No âmbito da promoção da cooperação judiciária entre os Estados da UE, as instituições europeias adotaram a Diretiva 64/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, que dispõe sobre o direito à interpretação e tradução em processo penal.

De acordo com o artigo 2.º, os Estados-Membros devem assegurar que os suspeitos e os arguidos – bem como as pessoas sujeitas a mandado de detenção europeu –, que não falam ou não compreendem a língua do processo, beneficiam, sem demora, de interpretação durante a tramitação penal perante as autoridades de investigação e as autoridades judiciais (n.º 1) e nas comunicações com os defensores legais (n.º 2). Os Estados-Membros asseguram, além do mais, a tradução escrita de todos os documentos essenciais à salvaguarda da possibilidade de exercerem o seu direito de defesa e à garantia da equidade do processo (artigo 3.º, n.º 1).

³² Em 2011, em conjunto com a Representação da Comissão Europeia em Espanha, o MNE espanhol publicou um estudo onde dá conta das disparidades das práticas e estatuto dos tradutores integrados nos serviços públicos linguísticos, como seja o Ministério da Defesa, Justiça, Presidência, entre outros.
http://www.ritap.es/wp-content/uploads/2012/11/libro_blanco_traduccion_vfinal_es.pdf

Já em 1950, a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais dispunha no n.º 3 do artigo 6.º:

a) O acusado tem, como mínimo, os seguintes direitos: a) Ser informado no mais curto prazo, em língua que entenda e de forma minuciosa, da natureza e da causa da acusação contra ele formulada;

[...]

e) Fazer-se assistir gratuitamente por intérprete, se não compreender ou não falar a língua usada no processo.

Como refere Júlio Barbosa e Silva, «aferir da necessidade de intervenção de intérprete não é uma coisa com importância secundária: garante direitos básicos de suspeitos ou acusados e é uma condição essencial para assegurar a justiça do caso concreto, pelo que esta matéria assume importância crucial quando estão em causa direitos básicos de defesa e de realização da justiça.»³³

Estabelece o Considerando 22 da Diretiva 64/2010 que o direito à interpretação permite o pleno exercício do direito de defesa e é garante da equidade do processo:

(22) A interpretação e a tradução previstas na presente directiva deverão ser disponibilizadas na língua materna do suspeito ou acusado ou em qualquer outra língua que ele fale ou compreenda, a fim de lhe permitir exercer plenamente o seu direito de defesa e a fim de garantir a equidade do processo.

Patrícia Jerónimo acrescenta que o valor específico deste diploma reside na «atenção dispensada aos aspectos práticos do exercício do direito a assistência linguística e, muito em especial, à *qualidade* da interpretação e da tradução, que figura no conjunto da Directiva como condição indispensável para o pleno exercício dos direitos de defesa dos suspeitos e dos arguidos e como garantia da equidade do processo.»³⁴

De facto, no artigo 5.º, dispõe-se sobre a qualidade da interpretação e da tradução. Neste se prescreve que «Os Estados-Membros tomam medidas concretas para assegurar que a qualidade da interpretação e da tradução prestadas satisfaz os requisitos de qualidade estabelecidos no n.º 8 do

³³ «A Directiva 2010/64/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Outubro de 2010, relativa ao direito à interpretação e tradução em processo penal», Júlio Barbosa e Silva, Revista Julgar, março de 2018. Disponível em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2018/03/20180316-ARTIGO-JULGAR-Direito-a-interprete-e-tradu%C3%A7%C3%A3o-J%C3%BAlio-Barbosa.pdf>

³⁴ Jerónimo, P. (2013). «A Directiva 2010/64/UE e a garantia de uma assistência linguística de qualidade em processo penal: implicações para a ordem jurídica portuguesa» <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27488/4/JER%C3%93NIMO%2c%20P.%2c%20Int%C3%A9rprete%20e%20Tradutor%20Ajuramentado%20Final%20pdf.pdf>

artigo 2.º [“A interpretação disponibilizada nos termos do presente artigo deve ter a qualidade suficiente para garantir a equidade do processo (...)”] e no n.º 9 do artigo 3.º[“A tradução facultada nos termos do presente artigo deve ter a qualidade suficiente para garantir a equidade do processo (...)”]», e se acrescenta: «os Estados-Membros devem procurar criar um ou mais registos de tradutores e intérpretes independentes com qualificações adequadas. Há portanto uma preocupação com a qualidade do serviço de tradução e interpretação disponibilizado no processo e que deve ser garantida e promovida pelo Estado-Membro.

Portugal não transpôs a Diretiva 64/2010 por entender que o Código do Processo Penal português garantia já os mesmos direitos³⁵.

Art. 92.º

Língua dos atos e nomeação de intérprete

[...]

2 - Quando houver de intervir no processo pessoa que não conhecer ou não dominar a língua portuguesa, é nomeado, sem encargo para ela, intérprete idóneo, ainda que a entidade que preside ao ato ou qualquer dos participantes processuais conheçam a língua por aquela utilizada.

[...]

4 - O intérprete está sujeito a segredo de justiça, nos termos gerais, e não pode revelar as conversações entre o arguido e o seu defensor, seja qual for a fase do processo em que ocorrerem, sob pena de violação do segredo profissional.

6 - É igualmente nomeado intérprete quando se tornar necessário traduzir documento em língua estrangeira e desacompanhado de tradução autenticada.

[...]

Como bem refere Júlio Barbosa e Silva, este artigo do CCP não chega a distinguir as figuras do tradutor e do intérprete. A diretiva tem, contudo, aplicação direta, quando se tenha verificado o prazo para a sua transposição «e desde que, conferindo direitos, o conteúdo da norma que confere esses direitos seja suficientemente claro, preciso e incondicional».

Os dois autores concordam, no entanto, em que a legislação atual não garante a supramencionada qualidade na assistência linguística, faltando um sistema de controlo de qualidade na elaboração de listas de tradutores e intérpretes.

De acordo com Patrícia Jerónimo, «a melhor forma de garantir a qualidade dos serviços de interpretação e de tradução passa pela profissionalização dos intérpretes e dos tradutores especializados em contextos jurídicos – comumente designados por intérpretes e tradutores

³⁵ Cf. <http://www.oa.pt/upl/%7Baf53d55c-d205-4ad8-854c-8628e8afabb1%7D.pdf>

«ajuramentados» –, com a regulação de aspectos como a formação de base, a certificação, o registo e a formação profissional contínua.»³⁶

2.6 Tradução e Terminologia

Temos usado a palavra terminologia, no âmbito da tradução institucional, para designar o léxico específico utilizado pelo tradutor, com vista à harmonização e à coerência entre textos produzidos por diferentes intervenientes numa mesma organização.

A Terminologia e a Tradução são duas áreas distintas do conhecimento, que apesar de partilharem algumas características e de se interseccionarem, se distinguem relativamente ao seu objeto e objetivo.

A Tradução ou os Estudos da Tradução, refere Teresa Cabré (cf. Cabré 2010: 357), «deals with the study of the translation process and the analysis of the translated text», enquanto a Terminologia «focuses on the lexical form and content nodes representing knowledge as structured in the experts' mind».

A Tradução procura reproduzir na língua e cultura de chegada o texto da língua de partida. Já a Terminologia «aims at collecting specialized terms to compile them and produce terminological resources (glossaries, dictionaries, vocabularies or databases)» (Cabré 2010: 357).

Trata-se de áreas interdisciplinares que envolvem uma base comunicativa e linguística. Mas, aponta Teresa Cabré, verifica-se entre elas uma relação assimétrica. Se por um lado a tradução faz uso da terminologia para lograr a produção de um texto, nomeadamente de um texto especializado, já os termos recolhidos pelo terminólogo são normalmente oriundos de situações comunicativas reais e transcritos preferencialmente de textos originais, não de traduções.

A Terminologia dedica-se portanto ao estudo de termos. As unidades terminológicas, objeto de estudo terminológico, são aquelas unidades lexicais que detêm um significado particular ou especializado num determinado domínio.

³⁶ Jerónimo2013: 3 (cf. nota 34).

Refere também a mesma autora que, da perspectiva do tradutor, a Terminologia é um instrumento ao seu serviço. De facto, graças aos recursos terminológicos, pode o tradutor esclarecer dúvidas sobre o significado de um termo, recolher informações sobre o seu contexto de uso, sobre termos relacionados, e assim ganhar ou expandir conhecimento num domínio especializado. Como refere Cabré, «knowing the terminology of a field implies acquiring knowledge of it. In this sense, terminology has a metacognitive function as it helps translators to organize their knowledge on the subject, and provides them the lexical units (terms) to express the specialized knowledge units of the field adequately» (Cabré 2010: 358).

Sempre que o tradutor seleciona termos especializados na cultura de chegada, realiza simultaneamente uma tarefa de terminologia *ad hoc*. São vários os problemas terminológicos que poderão ser experienciados pelo tradutor. Cabré (2010) elenca-os da seguinte forma:

- Desconhecer um termo ou parte dele, o seu significado, uso gramatical ou valor pragmático na língua de chegada;
- Desconhecer se há, na língua de chegada, um equivalente pragmático ou semântico da unidade lexicalizada ao termo usado no texto original;
- Ter dúvidas acerca do equivalente a usar, dadas as várias alternativas encontradas;
- Ignorar ou ter dúvidas sobre a fraseologia a adotar num determinado domínio especializado.

Pode dar-se o caso de o tradutor não chegar a identificar o termo especializado no texto de partida, gostaria de acrescentar. Por exemplo, na tradução jurídica, um dos principais problemas do tradutor iniciante e não familiarizado com o discurso jurídico é assumir que determinada palavra foi escolhida livremente pelo seu autor: *coisas, dispor, fruir, enunciativo, taxativo, exaustivo*; «Court», que em determinado contexto significa Tribunal de justiça.

De acordo com a autora, as unidades terminológicas podem incluir unidades lexicais de diferentes categorias (nomes, verbos, adjetivos), ou de outros tipos, que a autora designa, supralexicais («specialized phraseology and fixed sequences») ou infralexicaais («specialized formants»).

Para compreender o texto a traduzir, o tradutor recorre frequentemente a livros de referência, como dicionários, glossários e bases de dados especializadas ou manuais especializados, ou mesmo a peritos da área em questão. Mediante a pesquisa *online*, o tradutor tem fácil acesso a documentos

monolingues que lhe mostram o contexto em que determinado termo é utilizado. *Corpora* paralelos permitem-lhe, por outro lado, conhecer equivalentes terminológicos em contexto. É contudo imperativo que o tradutor tenha sempre em consideração as fontes das possíveis soluções encontradas. Além de aferir da sua credibilidade e autoridade, o tradutor deve ainda ponderar a sua adequabilidade ao caso em concreto, nomeadamente tendo em conta a função e o destinatário do texto a traduzir.

Resolver um problema terminológico e resolver um problema de tradução exigem do tradutor atuações distintas. No primeiro caso, o tradutor procura um equivalente, no segundo, aplica uma estratégia de tradução.

«Unlike the logic of translation, solving terminological problems is not about finding a strategy to ensure equivalence, but finding an equivalent term». (Cabré 2010: 359)

O tradutor parte por vezes do princípio de que o termo a traduzir tem um equivalente na língua de chegada, mas isso poderá nem sempre se verificar.

«A diferencia de lo que ocurre en física o química, los conceptos, la terminología y las realidades del ámbito de las ciencias sociales se corresponden sólo en parte de una sociedad a otra, es decir, ciertos conceptos pueden coincidir plenamente y otros pueden coincidir sólo parcialmente como ocurre en muchos casos con los términos jurídicos.» (Capellas 2001: 1)

No caso de haver termos alternativos, o tradutor deve optar pelo termo que lhe parecer mais adequado e que esteja suficientemente documentado, pois, como explica Cabré: «This term must be sufficiently documented so as to avoid the proliferation of terms coined by translators, as individual translators are not sources of consolidated reference terminology.» (Cabré 2010: 360)

Nem sempre os recursos terminológicos bastam ao tradutor. Sempre que se lhe depara um problema terminológico, pode o tradutor adotar um dos quatro graus de participação terminológica, ainda segundo Cabré (2010):

- I. Depois de consultados os recursos terminológicos, e perante a impossibilidade de encontrar um termo equivalente, o tradutor adota o termo da língua de partida, que é grafado entre aspas, ou recorre a uma paráfrase.

- II. Não encontrando um equivalente oficial, o tradutor opta por um neologismo e uma nota.
- III. De um ponto de vista metodológico, o tradutor age como terminólogo, propondo um novo termo que preencha uma lacuna terminológica. O tradutor atua, neste caso, como terminólogo *ad hoc*.
- IV. O tradutor resolve um problema terminológico recorrendo a uma base de dados própria que inclui termos e propostas de termos de traduções passadas. Um comportamento análogo será o do tradutor que edita termos num glossário que é partilhado e usado por outros tradutores. Neste nível de participação, o tradutor atua como terminólogo sistemático, caso em que o tradutor está, em princípio, familiarizado com os princípios básicos da Terminologia.

No caso da tradução nas Nações Unidas, os tradutores trabalham em estreita colaboração com a equipa de terminólogos. Como é recorrente na tradução institucional, a tradução é ali uma obra coletiva. Assim o ditam os prazos, a dimensão dos textos a traduzir, a própria organização da equipa e a necessidade de controlo de qualidade.

Em 2001, escrevia Capellas que os terminólogos das Nações Unidas «suelen preparar listas de vocablos nuevos de carácter técnico u otro, con su traducción para distribuir las a quienes se ha confiado la preparación de un documento extenso o de especial importancia.» (Capellas 2001: 1) Estas listas constituíam documentos não oficiais, de trabalho, e não procuravam dar uma solução única. Atualmente, a organização disponibiliza um glossário multilíngue *online*, que é constantemente atualizado.

2.7 Tradução para língua não materna

Em Portugal, os currículos universitários dos programas de primeiro ciclo em Tradução incluem frequentemente unidades curriculares de prática de tradução para a língua B; a tradução para a língua não materna não é contudo encorajada pela academia. No meio profissional, é regularmente pedido aos tradutores que trabalhem para língua não materna. É de referir, no entanto, que à medida que a profissionalização do ramo aumenta e os tradutores se internacionalizam, cresce o número das agências de tradução que recrutam apenas profissionais nativos da língua de chegada.

Em 1988, Peter Newmark escrevia na introdução ao seu livro *A Textbook of Translation*:

«I shall assume that you, the reader, are learning to translate into your language of habitual use, since that is the only way you can translate naturally, accurately and with maximum effectiveness. In *fact*, however, most translators do translate out of their own language (“service” translation) and contribute greatly to many people's hilarity in the process.» (Newmark 1988: 3)

A tradução para a L2, língua B, ou língua não materna, que Newmark designa *service translation* — «translation from one's language of habitual use into another language» —, nem sempre mereceu a atenção dos estudiosos de tradução. A legitimidade da sua prática é sucessivamente questionada, por se acreditar que está muitas vezes na origem de textos não naturais e não nativos e de associações de palavras invulgares.

«He [the translator] will be “caught” everytime, not by his grammar, which is probably suspiciously “better” than an educated native's, not by his vocabulary, which may well be wider, but by his unacceptable or improbable collocations» (Newmark, *apud* Pokorn 2004: 113)

A propósito da presunção de que o falante nativo consegue identificar se a tradução é produzida por um tradutor não nativo, Pokorn (2004) desenvolveu um inquérito, que incluía excertos de traduções produzidas por falantes nativos, falantes não nativos, pares de falantes nativos e não nativos. Aos inquiridos, falantes nativos da língua inglesa (estudantes ou professores do ensino superior), era-lhes pedido que indicassem se as traduções eram produzidas por falantes nativos ou não nativos, bem como quantas pessoas intervinham na tradução. Os resultados mostraram que nem sempre os falantes nativos detetam o tradutor não nativo e que nem sempre são capazes de distinguir se a tradução foi realizada por mais de um tradutor. A autora conclui ainda que

«the definition of the term “native speaker” in linguistics and translation theory is still open and far from being final, and that translation theory should therefore be cautious when referring to the innate capacities of the ideal native speaker.» (Pokorn 2004: 113)

Pokorn sugere que a tradução realizada para a língua B, sobretudo quando realizada por pares de tradutores, merece a atenção dos estudiosos da tradução (cf. Pokorn 2004: 120). No caso de tradução para a língua não materna, os tradutores optam geralmente pela cooperação com um falante nativo:

«when translating into language B, however, translators very seldom work alone — the common practice is co-operation between a translator who is a native SL speaker and a TL stylist.» (Pokorn 2011: 38)

É inegável a importância que a língua inglesa tem vindo a assumir nos mais variados contextos, nomeadamente profissionais e educativos. É a língua dominante no mundo dos negócios, na comunicação intercultural e o seu número de falantes cresce a cada ano. Este aumento resulta num crescente número de falantes não nativos. O inglês como língua franca, como é frequentemente referida, «is characterized by its great variability. It is *not* a fixed code, and it cannot be captured with reference to certain formal characteristics, rather it is a kind of ‘open-source phenomenon» (House 2013: 59). Os seus falantes são identificados como multilingues e multiculturais, sendo o inglês sobretudo uma língua de comunicação.

Seria expectável que, à medida que o uso do inglês como língua franca aumenta, as necessidades de tradução diminuíssem. Tal, contudo, não se verifica. Pym designa este facto como “paradoxo da diversidade” e explica:

«The lingua franca is growing within intercultural, translation is reaching out beyond them. If you want to produce global software or become a world leader, you will need some command of English, or whatever the next lingua franca will be. But then, thanks to translation in its most diverse forms, the software and the leadership may then reach a very wide range of cultures and languages.» (Pym 2008: 9)

No mesmo sentido, Juliane House (House 2013) explica que o mesmo fenómeno que favoreceu o crescimento do inglês como língua franca, nomeadamente, a globalização, teve também repercussões na tradução, registando-se paralelamente um aumento no número de traduções realizadas.

Capítulo 3 – Questões linguísticas de tradução

3.1 Tarefas realizadas durante o estágio

Neste capítulo, selecionei exemplos que ilustram as principais dificuldades e problemas de tradução identificados nas atividades de tradução realizadas durante o estágio. Desta seleção constam exemplos dos vários documentos, de natureza jurídica, traduzidos, nomeadamente: notificações feitas ao abrigo da Convenção de Haia, uma notificação CIEC, um protocolo de alteração à Convenção Europeia da Paisagem, um Memorando de Entendimento entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Turquia sobre cooperação no domínio dos arquivos, uma procuração. Além da tradução destes documentos, contribuí para outros projetos em curso: Jurislingue, com a tradução de definições jurídicas (64) para a língua inglesa; Unterm, mediante a tradução de conceitos (aprox. 850) para português; Trad-iure, com o preenchimento da célula «Área Jurídica» daquele glossário jurídico, por um lado, e a identificação dos conceitos não jurídicos ou de direito estrangeiro, por outro. Com exceção do trabalho desenvolvido para o Jurislingue, a tradução foi sempre realizada para a língua materna, e quase sempre a partir da língua inglesa.

Além da atividade de tradução propriamente dita, foi-me dada a oportunidade de participar noutros eventos: *Webinar* sobre memórias de tradução, ministrado pelo Trados Studio; reunião da equipa do Jurislingue, momento em que testemunhei a discussão de alguns aspetos relacionados com o novo *site* em desenvolvimento; participação na conferência realizada no Dia Internacional da Tradução.

3.2 Recursos utilizados: processamento de texto, recursos eletrônicos *online*, em rede, recursos em papel

Depois de dar entrada na secretaria do Ministério, os documentos são distribuídos pelas áreas responsáveis, sendo, sempre que necessário ou exigível, submetidos à Área de Tradução para tradução. Nos textos em que trabalhei, o documento a traduzir consistia, na maioria das vezes, num documento impresso, datado e carimbado pela secretaria.

O Microsoft Word foi o processador utilizado na redação das traduções. A estrutura do documento a traduzir seguia geralmente um modelo próprio, previamente estabelecido pela Área de Tradução. O modelo de cada tipo de documento podia ser encontrado numa pasta digital em rede, onde são gravados os vários documentos traduzidos por aquela unidade. Deste modo, antes de iniciar a tradução, cabia identificar o modelo previamente adotado para aquele tipo de documento, o qual deveria ser respeitado. Da mesma forma, deveriam ser utilizadas, dentro do possível, formulações sintáticas e lexicais idênticas às das traduções passadas.

O respeito pelas formulações sintáticas e lexicais anteriormente utilizadas no mesmo tipo de documento é essencial para garantir a coerência do trabalho apresentado por aquela unidade. O texto traduzido, muitas das vezes subsequentemente alvo de publicação, faz parte de um todo, devendo por isso adotar uma terminologia e estruturas comuns.

Sempre que a tradução implicava a adoção de um formato específico, e a fim de garantir a exatidão do mesmo – estrutura e formatação, incluindo negrito e tamanho de letra –, optei por copiar diretamente de um documento antigo todo o cabeçalho e rodapé, eliminando a parte que não carecesse de reprodução. Sempre que o documento me era transmitido em formato digital e não obedecia a um formato específico, adotei a solução de criar uma tabela de duas colunas, colando o texto original na coluna da esquerda.

O acesso ao arquivo digital das traduções passadas é útil na prossecução dos objetivos da coerência e uniformidade, particularmente no caso de trabalho produzido em equipa e na ausência de ferramentas de tradução assistida por computador que auxiliem a uniformização. Contudo, a inexistência dos originais dos documentos traduzidos naquela pasta impossibilita o confronto entre o texto original e sua tradução e, portanto, a análise das soluções tradutivas encontradas. A adoção

de léxico anteriormente utilizado deve por isso resultar de uma ponderação caso a caso, e não de um processo automático.

Entre as ferramentas *online* utilizadas são de destacar os seguintes dicionários monolíngues – Merriam Webster, Oxford Dictionary online, The Free Dictionary – nas suas opções de dicionário, tesouro ou dicionário de ideias afins, dicionário de termos jurídicos, exemplos de ocorrência da determinada palavra em frases e respetivas fontes. Refira-se que em muitas ocasiões não encontrei resposta para os desafios de tradução encontrados nas obras consultadas. As obras de referência consultadas serviam contudo para me indicar um caminho.

Percebi que era comum uma dada palavra ou expressão ser traduzida da mesma forma em diferentes obras, em papel ou *online*, e ainda assim não se adequar ao desafio tradutivo presente. No entanto, mais do que encontrar um equivalente consensual, ou com mais ocorrências, interessava-me encontrar uma solução mais próxima do contexto da palavra ou expressão a traduzir. Para isso, tornou-se fundamental a pesquisa da potencial solução tradutiva no Google, delimitando o contexto dos resultados: pesquisando dentro de um *site* em concreto (ex: “procedure” site: eur-lex.europa.eu) ou de um domínio (“administrative procedure” site:*.uk).

Foram também consultados fóruns *online* — como o *term search* da Proz.com ou o fórum de wordreference.com —, e obras em papel, nomeadamente dicionários jurídicos, bilingues e multilingues.

Em relação aos recursos em língua portuguesa, são de referir, enquanto recursos eletrónicos, o Portal da Língua Portuguesa, para verificar a ocorrência de palavras, o *site* Ciberdúvidas, para dúvidas linguísticas, como as relativas a regência de verbos; foram também consultados o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e o Grande Dicionário da Língua Portuguesa de José Pedro Machado.

3.3 Análise tipificada de problemas de tradução à luz das estratégias de tradução de Chesterman

Na sua obra *Memes of Translation*, Chesterman (2016) propõe uma classificação de estratégias, que resulta de uma reestruturação de classificações anteriores e pretende refletir as estratégias efetivamente usadas pelos profissionais da tradução. Estas são classificadas em três grupos — sintáticas/gramaticais, semânticas e pragmáticas. Como indica o autor, a divisão não é estanque ou exaustiva, podendo os grupos sobrepor-se.

ESTRATÉGIAS SINTÁTICAS	
Tradução literal	O TC segue uma estrutura gramatical o mais próximo possível do TP
Empréstimo, calque	Utilização da palavra do TP no TC, tradução do empréstimo
Transposição	Mudança de classe de palavra (verbo para substantivo, por exemplo)
Mudança de tipo e de organização de unidade	Uma unidade no TP — morfema, palavra, oração, frase, período, parágrafo — é traduzida por outra unidade de tipo distinto no TC
Mudança de estrutura sintagmática	Mudanças relativas a número, pessoa, tempo ou modo verbal, etc.
Mudança de estrutura oracional	Mudanças relativas a ordem dos sintagmas (e.g. SVO, VSO), construção ativa vs. passiva, finita vs. não-finita, verbo transitivo vs. Intransitivo
Mudança de estrutura frásica	Mudanças relativas a subordinação vs. coordenação
Mudança de elos coesivos	Mudanças relativas a mecanismos de referência intratextual, elipse, substituição, pronominalização e repetição, conectores
Mudança de nível	Mudanças envolvendo nível de análise gramatical distintos: fonologia, morfologia, sintaxe e léxico
Mudança de esquema	Mudanças envolvendo mecanismos como paralelismo, repetição, aliteração, ritmo, métrica, etc.

ESTRATÉGIAS SEMÂNTICAS	
Sinonímia	O tradutor seleciona não o equivalente óbvio, mas um seu sinónimo ou quase-sinónimo
Antonímia	O tradutor emprega um antónimo e um elemento de negação
Hiponímia/hiperonímia	Mudança na relação hiponímica/hiperonímica
Conversão	O tradutor utiliza uma estrutura verbal que expressa a mesma ideia, mas de um ponto de vista oposto.
Mudança de abstração	Mudança do nível de abstração: abstrato passa a concreto ou vice-versa
Mudança de distribuição	Os mesmos elementos semânticos são traduzidos por mais (expansão) ou menos (compressão) elementos
Mudança de ênfase	Redução ou adição de ênfase
Paráfrase	Tradução mais livre, que pode implicar a omissão de elementos
Mudança de tropos	Mudanças envolvendo a tradução de figuras de estilo
Outras mudanças semânticas	Mudanças envolvendo, por exemplo, a direção dêitica ou o sentido físico

ESTRATÉGIAS PRAGMÁTICAS	
Filtro cultural	Estratégia conhecida por naturalização, domesticação ou adaptação
Mudança de explicitação	Tradução mais implícita ou explícita
Mudança de informação	Adição de informação considerada relevante para o leitor do TC, ou omissão de informação no TC
Mudança interpessoal	Mudanças quanto à formalidade, à proximidade entre autor e leitor, ao léxico técnico utilizado
Mudança de elocução	Mudanças dos atos de fala, como, por exemplo, as que resultam da alteração do modo verbal
Mudança de coerência	Mudança da organização lógica da informação no texto
Tradução parcial	Tradução resumida, transcrição, entre outros
Mudança de visibilidade	Mudanças relativas à presença autoral, pela visibilidade do tradutor, por exemplo, através de notas ou

	comentários explícitos
Reedição	Reedição do texto original e sua tradução motivada pela falta de clareza do TP.
Outras mudanças pragmáticas	Mudanças relativas a paginação e formatação do texto (<i>layout</i>), ou a variação dialetal, entre outras

Segue-se a análise de alguns casos que considere relevantes e representativos do tipo de desafios de tradução mais frequentes nos vários textos trabalhados durante o estágio.

3.3.1 Questões sintáticas

1. A fórmula inglesa (adnominal) –ing

1.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
Convention <i>abolishing</i> the requirement of legalisation for foreign documents	Convention <i>supprimant</i> l'exigence de la légalisation des actes publics étrangers	Convenção <i>relativa à supressão</i> da exigência da legalização de atos públicos estrangeiros	XII Legalização n.º 15/2017

Este primeiro exemplo pretende mostrar uma solução de tradução para a forma verbal inglesa terminada em –ing, que é substituída, na tradução portuguesa, pela formulação *relativa à supressão*.

Uma solução de tradução mais próxima do TP seria a utilização do gerúndio adnominal “Convenção suprimindo a exigência”, que apesar de gramatical, não se afigura como uma solução natural na nossa língua. Em seu lugar, a formulação adotada, mais extensa, corresponde, de acordo com a classificação de estratégias de tradução elaborada por Chesterman, a uma **transposição**, em que as formas verbais *abolishing/supprimant* são traduzidas por uma sequência de tipo adjetival/preposicional [locução *relativo a* + artigo *a* + nome *supressão*].

A solução de tradução tem já tradição na legislação portuguesa, tendo sido publicada em Diário da República em 1968. Aquela forma adnominal em –ing, participio presente inglês, é frequentemente utilizada neste tipo de documentos, nomeadamente em títulos, talvez por permitir uma exposição clara e sucinta.

2. A estratégia literal e desvios a ela

2.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
Kyrgyzstan deposited, <i>in accordance with Article 44, second paragraph, of the above-mentioned Convention</i> , its instrument of accession to the Convention with the Ministry of Foreign Affairs of the Kingdom of the Netherlands on 25 July 2016.	Kirghizistan a déposé son instrument d'adhésion à la Convention susmentionnée le 25 juillet 2016 auprès du Ministère des Affaires étrangères du Royaume des Pays-Bas en conformité de l'article 44, deuxième paragraphe, de la Convention.	O Quirguistão depositou o seu instrumento de adesão à Convenção supracitada junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, em 25 de julho de 2016, <i>em conformidade com o n.º 2 do artigo 44.º da Convenção.</i>	Adoção Internacional n.º 3/2017

Na tradução das notificações feitas ao abrigo da Convenção de Haia, tal como na tradução de outras comunicações oficiais, foi tanto quanto possível adotada uma estratégia literal. Esta permite a imediata comparação entre original e tradução, que adotam a mesma estrutura, e resulta num texto de chegada mais próximo daquele idealizado pela tradução documental. Deste modo, a tradução reproduz habitualmente o mesmo número de frases e parágrafos, bem como a mesma formatação. Encontraremos igualmente a tradução do pronome possessivo — como em *o seu instrumento de adesão* —, que seria facilmente omitido noutro tipo de documentos. Apesar de predominar a estratégia literal, também se registam momentos em que ela não é adotada. Neste sentido, vejam-se os exemplos 2 e 3, em que se optou pela **reordenação dos elementos da frase (estratégia de mudança da estrutura oracional)**. No primeiro caso, o segmento «em conformidade com o n.º 2 do artigo 44.º da Convenção» surge no final da frase, estrutura próxima do original francês. O qualificativo *above-mentioned*, contudo, mantém-se na primeira referência à Convenção.

Refira-se ainda que, no que diz respeito aos nomes de países estrangeiros, seguiu-se a forma adotada pelo Portal das Comunidades Portuguesas e em conformidade com o código de redação interinstitucional

européu. Neste sentido, usa-se a forma completa ou nome oficial do país sempre que o mesmo é visado enquanto pessoa jurídica, usando-se a forma abreviada nas demais situações³⁷.

3.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
[...] the Hellenic Republic has issued <i>a new Statement</i> according to article 6 of the Convention <i>as follows</i> :	[...] conformément à l'article 6 de la convention, la République hellénique fait la déclaration suivante :	[...] em conformidade com o artigo 6.º da Convenção, a República Helénica <i>declara o seguinte</i> :	Legalização 12/2017

No caso 3, observa-se uma solução idêntica, em que o segmento introduzido pela locução *em conformidade com* surge em posição diferente da do texto original, desta vez no início da frase, permitindo uma maior proximidade entre o verbo *declara* e o conteúdo da declaração propriamente dita (mediado pela expressão catafórica *o seguinte*), à semelhança do que aconteceu com o arranjo de constituintes realizado no caso anterior, que permitiu a adjacência entre o verbo *depositar* e o complemento direto *o seu instrumento de adesão (...)*. Além das alterações obrigatórias por razões estritamente gramaticais, como é o caso da adição do artigo definido em *O Quirguistão*³⁸, a tradução introduz outras soluções não literais, como é o caso de *declara o seguinte*: o valor do substantivo *statement/declaração* é transmitido mediante o verbo *declarar*, estratégia de **transposição** que permite uma solução mais sintética (que a sequência *issue a statement*).

³⁷ No caso do Quirguistão, contudo, o original não adota a forma completa que figura no código de redação interinstitucional (*Kyrgyz Republic; la République Kirghize*, República Quirguiz). Também no *site* do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, onde podem ser consultadas as notificações depositárias (original disponível em: https://treatydatabase.overheid.nl/en/Verdrag/Details/005234/005234_Notificaties_58.pdf), foi utilizada a forma *Government of Kyrgyzstan*, na secção onde se elencam as autoridades encarregadas de cumprir as obrigações decorrentes da Convenção. Neste caso, foi adotada a solução do original, em detrimento das regras conformes ao código de redação interinstitucional.

³⁸ No mesmo código de redação interinstitucional, elencam-se os nomes de países estrangeiros que não deverão ser precedidos de artigo. Fonte: <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000500.htm#A5-notes>

4.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
Competent Authorities for the issuance of the Apostille:	Les autorités compétentes pour la délivrance de l'Apostille sont :	Para efeitos de emissão da Apostila, as autoridades competentes <i>são</i> :	Legalização 12/2017

No exemplo 4, além da adição do artigo definido em *as autoridades competentes*, a tradução, mais uma vez, reordena elementos da frase. Neste caso, introduz o verbo de identidade (à semelhança do que acontece em francês, mas não em inglês) e veicula a mesma informação numa oração precedida de um adjunto inicial (*para efeitos da emissão da Apostila*).

5.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
<i>It welcomes the ratification of the Convention by the Republic of Turkey since this is a significant step for the promotion of the protection of children in international situations.</i>	Il salue la ratification de la Convention par la Turquie, qui marque une étape importante dans la promotion de la protection des enfants.	<i>Saúdo a ratificação da Convenção pela República da Turquia, a qual constitui um passo importante no sentido de promover a proteção das crianças.</i>	Proteção de crianças 11/2017

No caso 5, a tradução omite o pronome pessoal presente no início do texto original. A solução utilizada visa evitar a repetição do sujeito — uma possível solução seria, por exemplo, a sua substituição por um pronome demonstrativo (*esta/este*). Porém, ao contrário do inglês e do francês, o português admite o sujeito nulo, sendo que, por vezes, a omissão do sujeito constitui uma opção mais natural e mais conforme à tradição de tradução deste tipo de documentos. Por outro lado, a tradução omite a informação *in international situations*, de acordo com o original francês, que constitui uma **mudança de informação** relativamente ao original inglês, considerada implícita no TC.

6.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
Article 1 The title of the Convention shall be changed to the following:	Article 1 Le titre de la Convention est modifié et se lit comme suit :	Artigo 1.º O título da Convenção é alterado, passando a ser o seguinte:	Protocolo de alteração à Convenção Europeia da Paisagem

No exemplo acima, extraído do Protocolo de alteração à convenção, a frase do original inglês dá lugar a duas orações na versão portuguesa (uma principal e uma subordinada adverbial gerundiva), uma estratégia de mudança de tipo de unidade. À semelhança do original francês, o TC expressa o mesmo conteúdo em duas frases coordenadas. Neste caso, optou-se pelo uso da oração gerundiva subordinada com o verbo auxiliar *passar a*, tida por mais natural, em detrimento da tradução mais literal com *é alterado para*. A formulação *shall be changed*, de valor declarativo, foi traduzida pelo presente do indicativo, que veicula essa mesma ideia, de acordo com as orientações do guia do tradutor da comissão europeia³⁹.

3. A construção passiva e a construção ativa

7.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
<u>This declaration</u> is politically unacceptable to the extent that <i>a Member State</i> of the United Nations and other international and regional organizations, such as the Hague Conference on Private International Law, the Council of Europe and the European Union, <i>is designated as</i>	<u>Elle</u> est politiquement inacceptable dans la mesure où elle qualifie de défunt un État membre des Nations unies et d'autres organisations internationales et régionales, telles que la Conférence de droit international privé, le Conseil de l'Europe et l'Union européenne, et ce à l'encontre des	<u>A referida declaração</u> é politicamente inaceitável, uma vez que <i>descreve como defunto um Estado-Membro das Nações Unidas</i> e de outras organizações internacionais e regionais, tais como a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, o Conselho da Europa e a União Europeia,	Proteção de Crianças, 13/2017

³⁹ Cf. p. 29 https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf

<i>defunct</i> , contrary to the relevant decisions and resolutions of these organizations.	décisions et résolutions pertinentes de ces organisations.	contrariando as decisões e resoluções relevantes destas organizações.	
---	--	---	--

No caso acima, observa-se desde logo uma mudança na estrutura da oração, nomeadamente pela transformação da construção passiva — *a Member State (...) is designated as defunct* — em construção activa — [] *descreve como defunto um Estado-Membro (...)*. Outra das estratégias sintáticas patentes foi a substituição do pronome demonstrativo em *this declaration* por um adjetivo, em *a referida declaração*, refletindo uma mudança dos elos coesivos de referência anafórica.

8.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
Current information on the following can be found in the Service Section of the website (...)	Le site internet (...) les données à jour concernant les éléments suivants :	É possível consultar <i>online</i> (...) informação atualizada sobre os seguintes elementos:	Citação e notificação n.º 3/2017

No exemplo 8, por sua vez, vemos um caso em que a construção passiva (*can be found*), frequentemente utilizada na redação de documentos jurídicos em língua inglesa, é substituída por uma construção ativa, na sequência *É possível consultar*. À semelhança da versão francesa, a tradução portuguesa opta por alterar a forma de referência à informação que se segue — *on the following* / *os seguintes elementos* —, fazendo uso, neste caso, das estratégias de transposição — pela correspondência do participio presente nominalizado (*the following*) a um adjetivo *seguinte* — e de mudança na distribuição dos elementos por via de expansão.

9.

Original em português	Tradução	Documento
<p>Aposentação Compulsiva</p> <p>Esta decisão de aposentação compulsiva <i>compete</i> à autoridade competente pelas infrações disciplinares previstas na lei, <i>ou ao</i> Conselho de Ministros, nos casos permitidos em lei especial.</p>	<p>Compulsory retirement</p> <p>The decision of compulsory retirement <i>rests with</i> the authority responsible for the disciplinary transgressions prescribed by law <i>or is issued</i> by the Council of Ministers, in cases defined by special law.</p>	<p>Jurislingue</p>

Em 9, a forma verbal do original (*compete*) foi traduzida por meio de duas formas verbais no texto inglês. Esta solução, que mais uma vez constitui uma estratégia sintática de mudança do tipo e organização de unidade, introduz um novo verbo, e com ele uma nova oração com construção passiva (... *is issued by the Council of Ministers...*), que não existe no TP. Esta solução pareceu-me permitir uma formulação mais clara. Outra hipótese seria:

«The decision of compulsory retirement *is taken by* the authority responsible for the disciplinary transgressions prescribed by law, *or by the* Council of Ministers» (solução que, à semelhança da anterior, introduz uma construção passiva, mas agora logo na oração mais alta).

3. Conversão, transposição, mudança na estrutura sintagmática

10.

Original em inglês	Tradução	Documento
<p>Article 2</p> <p>Within the framework of the Parties respective laws and regulations, <i>the Parties will exchange information on achievements</i> in the field of information technology in archival activity, best practices and experiences on diplomatic archival documents;</p>	<p>Artigo 2.º</p> <p><i>As Partes procederão</i>, no quadro das respetivas leis e regulamentos, <i>à troca de informação</i> sobre os <i>resultados alcançados</i> no domínio das tecnologias de informação na área da atividade arquivística, <i>bem como</i> sobre as boas práticas e experiências em matéria de documentos provenientes de arquivos diplomáticos;</p>	<p>Memorando de entendimento</p>

No exemplo acima, a tradução portuguesa *procederão à troca de informação* emprega as estratégias da **transposição** — o verbo *exchange* é traduzido por uma expressão predicativa verbal complexa com o nome *troca* (*proceder à troca*) — e as marcas de futuro são, como é natural, aplicadas à forma verbal (*proceder*). Por sua vez, *achievements* dá lugar a *resultados alcançados*, **mudança de distribuição** por via de expansão (com adição de um participípio — *alcançados* — que torna a sequência mais natural).

É de referir, no âmbito da tradução da Comissão Europeia, que o futuro (*will* + verbo) se usa quando o verbo «exprime um facto certo que ocorrerá no futuro»⁴⁰. Neste caso, considerou-se preferível a solução *procederão à troca* a *trocarão*, por se aproximar da linguagem utilizada nesta área.

11.

Original em inglês	Tradução	Documento
Article 1 <i>The purpose of this Memorandum of Understanding is to form a basis for enhanced cooperation in the field of Diplomatic Archives for the mutual benefit of the Parties.</i>	Artigo 1.º <i>O presente Memorando de Entendimento visa constituir a base para o reforço da cooperação no domínio dos Arquivos Diplomáticos para benefício mútuo das Partes.</i>	Memorando de entendimento

Neste caso, verifica-se uma alteração do sujeito: *the purpose of this Memorandum [is]* (cf. *o propósito deste Memorando [é]*) é substituído por *o presente Memorando [visa]*», registando-se simultaneamente uma **conversão** da posição relativa entre os elementos. A noção de propósito é transmitida pelo verbo *visar*, em vez de pelo substantivo *propósito*. Por outro lado, *enhanced cooperation* dá lugar à expressão nominal complexa, com dois núcleos nominais, *o reforço da cooperação*, que é mais um exemplo da estratégia sintática de transposição: neste caso o conteúdo do adjetivo original, *enhanced*, é veiculado por meio de um substantivo, *reforço*.

⁴⁰ Guia do tradutor da comissão europeia, p. 29.

12.

Original em português	Tradução	Documento
Em relação à sua vigência, uma convenção coletiva de trabalho (CCT) <i>vigora</i> pelo(s) prazo(s) que dela constar e na falta deste(s), por períodos de um ano. Caso exista denúncia de qualquer uma das partes, a CCT <i>manter-se-á em vigor</i> enquanto decorrer a negociação, incluindo conciliação, mediação ou arbitragem, durante um período mínimo de 18 meses.	Regarding its term, a Collective Labour Agreement <i>shall remain in force</i> within the period stipulated, and in the absence of such stipulation for one-year periods. Should one of the Parties terminate the agreement, the Collective Labour Agreement <i>shall remain in force</i> during the negotiation period, including conciliation, mediation and arbitration, for a minimum period of 18 months.	Jurislíngua

A alteração do modo de transmissão do tempo verbal, estratégia sintática de **mudança da estrutura sintagmática**, procura fazer uso das formas temporais utilizadas na cultura jurídica de chegada. Neste caso, estamos perante um texto jurídico não normativo, pelo que em princípio é dada maior liberdade ao tradutor. No entanto, se atentarmos no TP, vemos que o texto é redigido com base nas disposições legais sobre a convenção coletiva de trabalho (artigos 499.º n. os 1 e 2 do código do trabalho — vigência e renovação de convenção coletiva): «A convenção coletiva vigora pelo prazo ou prazos que dela constarem e renova-se nos termos nela previstos». Deste modo, procurou-se replicar no TC a terminologia adotada nas fontes legais de língua inglesa⁴¹.

13.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
Article 8 1. This Protocol <i>shall be open</i> for ratification, acceptance or approval by the <u>Parties to the Convention</u> .	Article 8 1. Le présent Protocole est ouvert à la ratification, acceptation ou approbation des Parties à la Convention.	Artigo 8.º 1. O presente Protocolo <i>está aberto</i> à ratificação, aceitação ou aprovação das <u>Partes na Convenção</u> .	Protocolo de alteração à Convenção Europeia da Paisagem

⁴¹ Cf. https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1999/26/pdfs/ukpga_19990026_en.pdf,
https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1992/52/pdfs/ukpga_19920052_en.pdf

3. This Protocol <i>shall enter into force</i> on the first day of the month following the expiration of a period of three months (...)	3. Le présent Protocole entrera en vigueur le premier jour du mois qui suit l'expiration d'une période de trois mois (...)	3. O presente Protocolo <i>entrará em vigor</i> no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses (...)	
---	--	--	--

Da mesma forma, em 13, repare-se na **alteração do tempo verbal** em *está aberto*. No guia do tradutor da Comissão Europeia, dispõe-se, como antes referimos, sobre o uso de *shall* e a sua tradução. Refere-se ainda naquele documento que, em sede de acordos (que são considerados atos jurídicos não vinculativos), a tradução de *shall*, quando se refere a um compromisso assumido no âmbito do acordo, deve ser traduzida pelo presente do indicativo, sem verbo auxiliar modal. O futuro usar-se-ia quando o acordo se refere a algo que ocorrerá apenas uma vez⁴². No âmbito do MNE, entende-se que na redação de atos de natureza não vinculativa (memorandos e protocolos), se deve adotar uma terminologia diferente da que é aplicada na redação de instrumentos vinculativos, como os acordos entre Estados. Há que salvaguardar, contudo, relativamente à tradução destes documentos, que não é o título do documento a determinar a escolha lexical do tradutor. Veja-se, neste caso, o exemplo de *Partes na Convenção*, e não *signatários*, como recomenda o referido manual de redação. Da mesma forma, *entrará em vigor*, em lugar de *produz(irá) efeitos*.

14.

Original em português	Tradução	Documento
O conceito de acidente de trabalho <i>passa a abranger</i> o acidente que se verifique nos trajetos normalmente utilizados pelo trabalhador, bem como o acidente ocorrido fora do local de trabalho quando no exercício do direito de reunião ou de atividade de representante dos trabalhadores, nos termos previstos no Código do Trabalho;	The concept of work accident <i>now covers</i> accidents on routes commonly used by workers, as well as accidents outside the workplace, when the workers' representative is exercising the right of assembly or functions, under the terms set out in the Labour Code;	Jurislingue

⁴² Guia do tradutor da comissão europeia, p. 29.

No exemplo 14, a ideia de mudança (e novidade) transmitida em português pelo verbo auxiliar *passar* *a* é transmitida em inglês pelo advérbio dêitico *now*: estratégia sintática da **transposição**.

15.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
Therefore, the Convention <i>will take effect</i> between the Kingdom of the Netherlands and the Dominican Republic as of November 2017.	Par conséquent, la Convention <i>aura de l'effet</i> dans les rapports entre le Royaume des Pays-Bas et la République dominicaine à partir du 3 novembre 2017.	Consequentemente, a Convenção <i>entra em vigor</i> entre o Reino dos Países Baixos e a República Dominicana em 3 de novembro de 2017.	Legalização 16/2017

No caso 15, o tempo verbal é alterado para o presente (estratégia sintática de **mudança na estrutura sintagmática**), habitualmente adotado em documentos legislativos, de acordo com as regras de legística atuais. Verifica-se ainda que a tradução opta pela fórmula *entra em vigor*, em lugar de *produzirá efeitos*, também utilizada no texto original da mesma Convenção, publicado em Diário da República, pelo Decreto-Lei n.º 48450⁴³, em 24 de junho de 1968. A formulação *entrar em vigor* é normalmente adotada nos casos de atos juridicamente vinculativos.

16.

Original em português	Tradução	Documento
Prevê que a reabilitação e reintegração profissional e a adaptação do posto de trabalho sejam garantidas ao <i>trabalhador vítima de acidente de trabalho</i> , cabendo ao empregador assegurar a sua ocupação e criar condições para a sua integração no mercado de trabalho;	It establishes the vocational rehabilitation and reintegration into work as well as the adaptation of the workplace of the <i>injured worker</i> ; furthermore, the employer must ensure both the worker's occupation and the necessary conditions for his integration in the workplace;	Jurislíngua

⁴³ <https://dre.pt/application/file/271950>

Neste caso, a frase original complexa (com uma oração principal e uma oração subordinada gerundiva) é traduzida por meio de duas frases justapostas — estratégia sintática de **mudança do tipo de unidade**. Foram várias as ocasiões em que optei por estruturar o conteúdo em mais frases autónomas, por considerar que esta estratégia promovia a clareza do discurso e se aproximava de um discurso mais natural em língua inglesa. Se é certo que também no discurso jurídico em língua inglesa são comuns as frases longas, essa característica está no entanto mais presente em documentos legislativos e peças processuais. No caso do Jurislingue, o carácter jurídico do texto decorre do seu conteúdo, não da forma do texto. A estruturação do texto foi, ainda assim, quase sempre mantida muito próxima do original, apenas sendo contornada nos casos em que a clareza do discurso podia ser afetada. O texto original não é um texto meramente informativo, denotando marcas autorais, que naturalmente procurei reproduzir. Daqui decorre que o resultado é uma tradução com marcas visíveis de tradução: o texto jurídico de língua inglesa seria porventura mais sintético, objetivo e menos repetitivo. Por outro lado, na seleção de equivalentes, optei quase sempre pela solução mais sintética, por considerar que resultaria num texto mais familiar ao leitor de língua inglesa e, por isso, mais claro. Veja-se, por exemplo, o par *trabalhador vítima de acidente de trabalho* e *injured worker*.

4. Questões de coordenação

17.-18.

Original em inglês	Tradução	Documento
office of legal services and implementation affairs	Gabinete de serviços jurídicos e de questões de aplicação	Unterm
Montreux Document on pertinent international legal obligations and good practices for States related to operations of private military and security companies during armed conflict	Documento de Montreux <u>sobre</u> as obrigações jurídicas internacionais pertinentes e as boas práticas dos Estados relativas a operações de <i>empresas militares e de segurança privadas</i> durante conflitos armados	Unterm

No exemplo 17, uma dificuldade de tradução advém de a preposição utilizada, *de*, introduzir habitualmente um sintagma como *serviços jurídicos*, mas não um sintagma como *questões de aplicação*. O texto refere-se à criação de um gabinete que não apenas prestará serviços jurídicos como também estará encarregado das questões de aplicação da Convenção. A ideia de “gabinete *de* questões ou assuntos de aplicação” não é habitual, como é, por exemplo, “gabinete de contabilidade” ou “gabinete de serviços jurídicos ou para os assuntos jurídicos”. Outra solução, diferente da proposta acima e porventura mais natural, seria «gabinete de serviços jurídicos e para questões de aplicação (da Convenção)».

No caso 18, vemos um exemplo de coordenação de um sintagma adjetival *militares* e de um sintagma preposicional *de segurança*. O mesmo nome *empresas* (modificado pelo adjetivo *privadas*) é combinado com um sintagma adjetival e com um sintagma preposicional, em coordenação. Contudo, e segundo Peres e Mória (1995: 387-388), que discutem amplamente questões de coordenação, esta solução de coordenações categorialmente assimétricas pode não ser sentida como a mais natural pelos falantes, sendo porventura preferível uma alternativa com repetição do nome: «operações de empresas militares (privadas) e de empresas de segurança privadas».

19.-20.

Original em inglês	Tradução	Documento
Rodrigo Lara Bonilla Agreement between the Member Countries of the Cartagena Agreement on co-operation for <i>prevention of abuse of, and suppression of illicit traffic in, narcotic drugs and psychotropic substances</i>	Acordo Rodrigo Lara Bonilla entre os Países Membros do Acordo de Cartagena relativo à cooperação para <i>prevenção do abuso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e repressão do tráfico ilícito das mesmas</i>	Unterm
Procedure for Return and Reconstruction in the Zone of Separation	Procedimento para o regresso à zona de separação e reconstrução da mesma	Unterm

No caso 19, encontramos um exemplo de coordenação de duas estruturas: (i) *prevenção do abuso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas* e (ii) *repressão do tráfico ilícito das mesmas* (referindo-se a expressão anafóricas *as mesmas* a *estupefacientes e substâncias psicotrópicas*). Uma solução diferente de tradução – plenamente equivalente – seria realizar uma coordenação mais encaixada (*prevenção do abuso e repressão do tráfico*), colocando uma única vez o argumento relevante (*de estupefacientes e substâncias psicotrópicas*), o que permitiria dispensar a anáfora (*as mesmas*): «cooperação para a prevenção do abuso e repressão do tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas». Esta solução é facilitada pela partilha da mesma preposição em português (*de*), ao contrário do que acontece em inglês (*abuse of / traffic in*).

No caso 20, vemos um exemplo de dois nomes que pedem duas preposições diferentes: (i) *regresso a* (ii) *reconstrução de*. Em linha também com o que assumem Peres e Mória (1995), que estudam vários casos deste tipo, não nos parece gramatical a supressão da primeira preposição, como ocorre no original inglês: cf. *procedimento para o regresso a e a reconstrução da zona de separação*. Uma solução que adote as duas preposições e só realize uma vez o sintagma nominal relevante (*a zona de separação*) obrigaria a uma intercalação deixando “suspensas” as preposições (como acontece, aliás, com *of* e *in* no texto inglês 20, acima): «Procedimento para

o regresso a – e reconstrução de – a zona de separação». Peres e Mória (1995: 398) discutem este tipo de construção que consideram «plenamente justificáveis do ponto de vista estrutural e (...) alternativa estilística a estruturas [com supressão da primeira preposição] (...)». Penso que seria ainda de equacionar uma alternativa semelhante com as contrações preposição-artigo relevantes realizadas: «Procedimento para o regresso à – e reconstrução da – zona de separação». Em todo o caso, a solução que figura no quadro parece-me preferível por ser mais clara.

21.

Original em inglês	Tradução	Documento
Article 9 Any dispute <i>arising out of or in connection with</i> this Memorandum of Understanding will be resolved by negotiations through diplomatic channels.	Artigo 9.º Qualquer diferendo entre as Partes <i>decorrente de ou relacionado com</i> o presente Memorando de Entendimento será resolvido por meio de negociações, através dos canais diplomáticos.	Memorando de entendimento

Neste caso, a solução (consagrada em sede de revisão, mas não por mim sugerida) foi a que preserva as duas preposições diferentes (*de* e *com*) e só realiza uma vez o sintagma nominal relevante (*o presente Memorando de Entendimento*), ou seja, a que no caso anterior considerei não preferível, mas Peres e Mória consideram «plenamente justificável do ponto de vista estrutural» (ainda que eles prefiram a marcação gráfica com vírgulas ou travessões – cf. «Qualquer diferendo entre as Partes *decorrente de, ou relacionado com*, o presente Memorando (...)»). A estratégia de coordenação aqui usada permite manter mais próximos os predicados coordenados. Outra solução de tradução do caso 21 – semelhante à que propus para 20 acima – seria «decorrente do presente Memorando ou com este relacionado». Qualquer das hipóteses não apresenta problemas gramaticais fortes, uma vez que, em estruturas em que ocorrem argumentos preposicionados com diferentes preposições, «parece haver uma tendência para admitir como boas as construções em que estão presentes as preposições, verificando-se elipse apenas de sintagma nominal e rejeitar aquelas em que a preposição do primeiro argumento é omitida» (Peres e Mória 1995: 398)

22.-23.

Original em inglês	Tradução	Documento
Madrid Declaration and Plan of Action <i>on strengthening</i> the legal regime against terrorism in West and Central Africa	Declaração e Plano de Ação de Madrid <i>para</i> o reforço do regime jurídico contra o terrorismo na África Central e Ocidental	Unterm
<u>National Rapporteur</u> <i>on Trafficking</i> and Human Rights Abuse of Women and Girls	Relator Nacional para o Tráfico e a Violação dos Direitos Humanos de Mulheres e Crianças	Unterm

No caso 22, podemos ver um exemplo em que a mesma preposição, *para*, é utilizada, à semelhança do que acontece no TP, para os dois núcleos nominais, *declaração* e *plano*. Na língua de chegada, contudo, *declaração* e *plano* pedem normalmente preposições diferentes — *declaração sobre*, *plano para* — embora me pareça também aceitável que *declaração* reja a preposição *para*. Tendo isto em conta, optei, neste caso, por fazer a coordenação com partilha da preposição *para*, que é plenamente adequada ao nome mais próximo, *plano*. No caso 23, uma única preposição pôde igualmente ser utilizada para introduzir os complementos de ambos os predicados nominais, *tráfico* e *(violação dos) Direitos Humanos*.

3.3.2 Questões semânticas e lexicais

24.-25.

Original em inglês	Tradução	Documento
In accordance with Article 58, fifth paragraph, the accession will have effect only as regards the relations between Honduras and those Contracting States which have not <i>raised an objection</i> to its accession in the twelve months after the receipt of the present notification.	A adesão só produzirá efeitos nas relações entre as Honduras e os Estados Contratantes <i>que não tiverem emitido objeções à sua adesão</i> , no prazo de doze meses após a receção desta notificação, em conformidade com o disposto no artigo 58.º, n.º 5.	Cobrança Internacional de Alimentos em Benefício dos Filhos n.º 06/2017

None of these States <i>raised an objection</i> to the accession within the period of six months specified in Article 44, third paragraph, which period expired on 15 February 2017.	Esses Estados Contratantes não <i>formularam qualquer objecção</i> à adesão durante o prazo de seis meses previsto no n.º 3 do artigo 44.º, o qual terminou em 15 de fevereiro de 2017.	Adoção Internacional n.º 3/2017 ⁴⁴
--	---	---

Relativamente à tradução de *raise an objection*, as soluções de tradução desta expressão, relativamente comum em texto jurídico, têm variado ao longo do tempo, oscilando entre a solução mais literal «levantar uma objecção» e «formular/apresentar/emitir/suscitar uma objecção». Parece-me preferível, no entanto, que a tradução adote, sempre que possível, a letra da lei que serve de base ao aviso. Deste modo, no primeiro caso, sendo o aviso realizado ao abrigo da Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família⁴⁵, deve este documento ser consultado. A solução final adotada, conforme Diário da República⁴⁶, não segue aquele diploma-base, optando pela formulação: «A adesão só produzirá efeitos nas relações entre as Honduras e os Estados Contratantes que não tenham levantado qualquer objecção à sua adesão no prazo de doze meses após a receção desta notificação, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 58.º». Na minha proposta de tradução, que figura no quadro acima, optei por usar *emitir* em vez de *levantar*, por serem sinónimos próximos, e ser o termo adotado na convenção.

No caso 25, sendo o aviso realizado ao abrigo da Convenção relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, deve este diploma ser tido em conta, lendo-se no seu artigo 44.º n.º 3: «A adesão produzirá unicamente efeitos nas relações entre o Estado aderente e os Estados contratantes que não tenham formulado objecções à adesão nos seis meses seguintes à recepção da notificação a que se refere o artigo 48.º, alínea b)⁴⁷».

26.

⁴⁴ Versão adotada em Diário da República: <https://dre.pt/application/conteudo/115375937>

⁴⁵ Cf. <https://assets.hcch.net/docs/c3d87df1-0f5b-4700-be75-7270ec49a9c7.pdf>. Cf. Art. 58.º, n.º 5 «A adesão só produz efeitos nas relações entre o Estado aderente e os Estados Contratantes que não tiverem emitido objecções à sua adesão nos 12 meses seguintes à data de notificação referida no artigo 65.o. Tal objecção pode ser igualmente suscitada por qualquer Estado no momento da ratificação, aceitação ou aprovação da Convenção posterior à adesão. Estas objecções são notificadas ao depositário.»

⁴⁶ Cf. <https://dre.pt/application/conteudo/115730618>

⁴⁷ Cf. http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_protecao_crianças_coop_mat_adopcao_internacional_1993.pdf

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
Therefore, the law of the Republic of Kosovo <i>determines</i> whether a document is a public document to which the Apostille Convention applies and to which only the competent authorities of the Republic of Kosovo may affix an Apostille Certificate.	Par conséquent, la loi de la République du Kosovo détermine si un document est un acte public auquel la convention Apostille s'applique et sur lequel seules les autorités compétentes de la République du Kosovo sont habilitées à apposer une Apostille.	Por conseguinte, <i>cabe à lei da República do Kosovo determinar</i> se um documento é um ato público ao qual se aplica a Convenção da Apostila e no qual apenas as autoridades competentes do Kosovo podem apor uma apostila.	Legalização n.º 15/2017

Neste caso, a tradução portuguesa da expressão inglesa *determines* é mais extensa, recorrendo à fórmula *cabe à lei determinar*, verificando-se, pois, uma **mudança de distribuição por via da expansão**, que simultaneamente preserva a personificação original.

27.

Original em português	Tradução	Documento
Convenção coletiva de trabalho Diferente do Acordo Coletivo de Trabalho, por Convenção coletiva de trabalho (CCT) entende-se o ato jurídico celebrado entre sindicatos de empregadores e de empregados para o estabelecimento de regras nas relações de trabalho em todos os sectores (económico e profissional).	Collective Agreement The Collective Labour Agreement is the legal act concluded between employees' and employers' labour unions establishing sets of rules for working relationships in all economic and professional sectors.	Jurislingue

Na tradução de definições jurídicas para o Jurislingue, as principais dificuldades de tradução estão relacionadas com os seguintes aspetos: (i) diferenças entre sistemas jurídicos, e consequente dificuldade de identificação de paralelismos e equivalências de tradução; (ii) diferenças entre linguagens jurídicas, que fazem uso de formulações e convenções próprias; (iii) o perfil do leitor do texto de chegada. O conhecimento da função do texto e do seu potencial leitor foi determinante para a tomada de algumas decisões. Nas soluções

adotadas, parti do princípio de que o Jurislingue seria utilizado sobretudo por dois tipos de utilizador: o utilizador de língua portuguesa, que procura conhecer a equivalência entre conceitos de sistemas jurídicos diferentes, e o utilizador de língua inglesa, que procura conhecer o sistema jurídico português. Deste modo, além de tentar estabelecer equivalências entre sistemas, procurei, ante esta impossibilidade, clarificar conceitos ou figuras jurídicas, recorrendo, por vezes, a soluções literais, explicitações, paráfrases, etc.

No caso 27, a dificuldade de tradução resulta das diferenças entre figuras jurídicas. O acordo coletivo de trabalho é um tipo de convenção coletiva de trabalho, cf. b), n.º 2 do artigo 3.º do Código do Trabalho. Em inglês, são conhecidas as variantes *collective agreement*, *collective bargaining agreement* ou *collective labour agreement*, utilizadas para designarem indistintamente “acordo”, “contrato” ou “convenção coletiva de trabalho”⁴⁸. Na tradução, optou-se simplesmente por omitir a referência a acordo coletivo de trabalho, solução que constitui uma estratégia pragmática de mudança de informação, de acordo com a classificação de Chesterman.

28.

Original em português	Tradução	Documento
Omissão de Cadáver Significando o mesmo que ocultação de cadáver, <i>omissão de cadáver</i> é tipificado como um crime contra o respeito devido aos mortos.	Concealment of a body It is defined in law as a crime that violates the due respect for the dead.	Jurislingue

Também neste caso se opta por omitir informação, visto que *omissão de cadáver* e *ocultação de cadáver* são duas variantes de *concealment of a body*. No código penal português, este tipo de crime está previsto no artigo 254.º, relativo a profanação de cadáver ou de lugar fúnebre.

29.

Original em português	Tradução	Documento
<i>Reconhece</i> à família do trabalhador sinistrado o direito a apoio psicoterapêutico, sempre que necessário;	It <i>acknowledges</i> the right to psychotherapy support to the family of the injured worker, whenever necessary;	Jurislingue:

⁴⁸ *Collective bargaining agreement*: acordo coletivo de trabalho, in *Dicionário Jurídico*, Maria Chaves de Mello, 4.ª edição, Dinalivro; *collective agreement* (UK): acordo coletivo, in *Dicionário Jurídico*, Noronha, observador legal editora, 2006; *Collective labor agreement*: contrato coletivo de trabalho.

No exemplo 29, foi possível preservar a extensão do texto original, optando-se pela seleção de um sinónimo de *reconhecer*: *acknowledge* (em vez de *recognise*).

30.

Original em inglês	Original em francês	Tradução	Documento
(...) <i>Germany wishes to notify</i> all Contracting States that, consistent with its obligations under the Apostille Convention, Germany will not give legal effect under the Convention to any certification purporting to be an Apostille issued within the territory if the Republic of Kosovo by an entity other than the competent authority designated by the Republic of Kosovo.	(...) l'Allemagne souhaite notifier à tous les États contractants que, conformément aux obligations que leur impose la convention Apostille, l'Allemagne ne donnera aucun effet juridique en vertu de la convention aux certificats prétendant Apostille délivrés sur le territoire de la République du Kosovo par une entité autre que l'autorité compétente désignée par la République du Kosovo.	(...) <i>a Alemanha notifica</i> todos os Estados Contratantes de que, de acordo com as obrigações que lhe incumbem ao abrigo da Convenção da Apostila, não atribuirá efeitos jurídicos, nos termos da Convenção, a nenhum certificado considerado ser uma apostila emitida na República do Kosovo por uma entidade que não a entidade competente designada pela República do Kosovo.	Legalização n.º 15/2017

Neste caso 31, a tradução [*a Alemanha*] *notifica* omite informação, nomeadamente a ideia de vontade, ou voluntariedade, associada a [*Germany*] *wishes to notify*. Se, por um lado, se pode argumentar que há uma estratégia semântica de mudança de ênfase, por outro, a solução encontrada aproxima-se daquela que seria a tradução funcional.

31.

Original em português	Tradução	Documento
Exemplos de impostos sobre o consumo são: - O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);	A few examples of consumption taxes follow: - Value added tax (VAT); - <i>Tax on oil products (commonly known</i>	Jurislingue

<ul style="list-style-type: none"> - O imposto sobre os produtos petrolíferos (conhecido habitualmente como imposto sobre os combustíveis); - O imposto de consumo sobre o tabaco; ou - Imposto Automóvel (atualmente Imposto Único de Circulação). 	<ul style="list-style-type: none"> <i>as fuel tax</i>); - Excise duties on tobacco; - Road tax (Single Road Tax Code). 	
--	---	--

32.

Original em português	Tradução	Documento
<p>Danos não patrimoniais</p> <p><i>Tradicionalmente designados por “danos morais”, em termos genéricos significam os prejuízos que não atingem em si o património, não o fazendo diminuir nem frustrar o seu acréscimo.</i></p>	<p>Non-proprietary damage</p> <p><i>Commonly referred to as “pain and suffering”, in general terms it comprehends the prejudices that neither affect a person’s assets, nor lead to its decrease nor impede its increase.</i></p>	<p>Jurislingue</p>

Nos casos 31 e 32, foi necessário encontrar duas soluções de tradução que estabelecessem entre si a mesma relação entre termos presente no original. Deste modo, no primeiro caso, o *imposto sobre os produtos petrolíferos*, designação mais extensa e menos utilizada que *imposto sobre os combustíveis*, foi traduzido por *tax on oil products*, que por sua vez é uma designação menos habitual do que *fuel tax*. Neste caso, as designações mais comuns constam dos próprios textos (de partida e de chegada). Da mesma forma, *pain and suffering* foi usado como tradução de *danos morais* (por ser uma designação mais usual de *non-proprietary damage*).

33. Tradução de termos com vários equivalentes: *benefits, procedure*

Na tradução de termos que incluíssem *benefits* ou *procedure*, palavras com vários equivalentes em português, as soluções de tradução dependem, naturalmente, do contexto em que aquelas palavras surgem. No caso do glossário Unterm, o contexto de utilização de cada termo nem sempre é claro, dada a escassa informação que acompanha muitos dos seus termos, o que dificulta o trabalho do tradutor. Seguem-se alguns exemplos de tradução que procuram mostrar não apenas a variedade dos termos presentes naquele glossário como a dificuldade na seleção do equivalente mais adequado na LC.

(a) benefits package	prestações acessórias
(b) assignment benefits	subsídio de instalação
(c) user benefits	vantagens para o utilizador
(d) benefits transfer	transferência de benefícios

- (a) benefits package: refere-se ao conjunto de prestações adicionais ao salário, como seguro de saúde ou bolsas/subsídios para formação

Prestação é o termo adotado para a designação de conceitos do âmbito do trabalho: prestação de reforma, prestação por pré-reforma, nomeadamente nos resultados encontrados no IATE. Ainda neste âmbito, vemos que o IATE sugere, como equivalente de *wage supplements*, prestações acessórias. No Eur-lex, vemos que o termo *benefits package* surge no contexto de seguros de saúde e não no âmbito laboral. *Prestações adicionais* ou *acessórias* seria, por exemplo, uma solução.

- (b) assignment benefits

Esta expressão visa designar as prestações relacionadas com o estabelecimento de um trabalhador em lugar diferente. De acordo a informação fornecida pelo glossário, *assignment benefits* abrange o subsídio por instalação (*assignment grant*), as despesas de mudança de residência (*removal expenses*) e o subsídio de mobilidade (*mobility allowance*). São portanto as prestações devidas por motivo de realocização. Uma solução de tradução possível seria «subsídio ou prestações por realocização». No entanto, a palavra *realocização* continua a ser mais utilizada para designar o fenómeno de deslocação de entidades ou empresas⁴⁹. A deslocação de pessoas por motivos profissionais só por si é na maioria das vezes designada por *instalação* ou *reinstalação*.

- (c) user benefits

A única informação sobre o contexto de utilização deste termo indicada pelo glossário é a de que se trata de um termo utilizado no âmbito da política ambiental. *Utilizador* é uma palavra também adotada no domínio do ambiente (por exemplo, princípio de utilizador-pagador). *Benefícios para o(s) utilizador(es)* seria outra possível solução.

⁴⁹ Cf. ainda a recomendação (UE) 2015/914 relativa a um regime de reinstalação europeu. Neste documento, o termo *realocização* designa a «transferência de pessoas com necessidade de uma forma de proteção internacional, ou que já beneficiam dessa proteção, de um país da UE para outro país da UE onde lhes será concedida uma proteção similar. A realocização é uma medida de solidariedade da UE destinada a ajudar os países da UE que se veem confrontados um fluxo maciço de requerentes de asilo ou de refugiados». Por sua vez, a palavra *reinstalação* é usada para designar processos iniciados pela ONU: «A reinstalação é o processo através do qual, mediante proposta do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), as pessoas deslocadas com necessidades inequívocas de proteção internacional são transferidas de um país não pertencente à UE, sendo estabelecidas num país da UE com uma forma jurídica de proteção».

(d) benefits transfer: termo da área económica, traduzido literalmente.

(e) inquisitorial procedure	processo inquisitório
(f) render-safe procedure	procedimento de neutralização
(g) rules of procedure	regulamento interno
(h) call-out procedure	processo de chamada
(i) skin-piercing procedure	intervenção percutânea
(j) ambush procedure	operação de emboscada

Apesar de se tratar de um glossário de termos jurídicos, o Uterm-UNHQ inclui também termos de outras áreas. Dos termos elencados acima, apenas o primeiro pertence exclusivamente ao campo jurídico. *Render-safe procedure* diz respeito aos procedimentos de desativação de explosivos com vista a impedir a sua detonação. *Call-out procedure* refere-se ao processo de chamada de pessoal disponível para missões daquela organização. *Skin-piercing procedure* é um termo médico incluído no glossário por ser mencionado a propósito do tema do risco de contração do HIV.

34. Tradução de *policies* e *implementation*

Declaration of Environmental Policies and Procedures relating to Economic Development	Declaração relativa às <u>Políticas</u> e Procedimentos Ambientais associados ao Desenvolvimento Económico
Compendium of Administrative Policies, Practices and Procedures of Conference Services	Compêndio de <u>Medidas</u> , Práticas e Procedimentos Administrativos em Serviços de Conferência
Guidelines for the Review of Policies and Procedures concerning Technical Cooperation among Developing Countries	Orientações para a Revisão de <u>Políticas</u> e Procedimentos relativos à Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

A palavra *policies*, muitas vezes traduzida por *políticas*, tem, contudo, outros equivalentes em português, tais como *medidas* ou *regras*. No primeiro caso, foi adotada a tradução com tradição consagrada no IATE, que se enquadra dentro de um dos significados de *política*: «conjunto dos princípios e dos objetivos que

servem de guia a tomadas de decisão e que fornecem a base da planificação de atividades em determinado domínio⁵⁰». A tradução de política enquanto arte de governar não causa dúvidas ao tradutor; é precisamente este segundo sentido que permite uma quase generalização do seu uso, em detrimento de outros equivalentes em português. Não pretendo criticar o seu uso, mas parece-me de questionar se de facto é a solução mais adequada em detrimento das alternativas referidas.

Established United Nations Procedures and <u>Implementation</u> of International Instruments	Procedimentos Estabelecidos pelas Nações Unidas e <u>Aplicação/Adoção</u> de Instrumentos Internacionais
Office of legal services and <u>implementation</u> affairs	Gabinete de serviços jurídicos e de questões de <u>aplicação</u>
voluntary civil society task force on the <u>implementation</u> of the peace agreement	Grupo de trabalho voluntário da sociedade civil sobre a <u>execução</u> do acordo de paz

A palavra *implementation* — pôr em prática um plano ou decisão; executar — tem vários equivalentes em português — adoção, aplicação, realização, execução, entre outros — que permitem evitar o anglicismo *implementação*⁵¹. A escolha de um ou de outro equivalente depende naturalmente do contexto, já que obriga o tradutor a uma interpretação e precisão a que a palavra *implementação* não obriga.

35. Tradução de designações de cargos e serviços

Uma das principais dificuldades que encontrei foi a tradução de designações de cargos e serviços, uma vez que dizem respeito a realidades que nem sempre têm par exato no sistema nacional ou internacional em língua portuguesa.

(a) Tradução de designações de cargos

Na busca de equivalentes, há que ter em conta o contexto em que o termo se insere, nomeadamente há que determinar a que serviço ou organismo pertence o cargo em causa, e sobretudo se se trata de uma designação

⁵⁰ Dicionário da Porto editora online: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pol%C3%ADtica>

⁵¹ Peres e Móia (1995: 174-175) referem, contudo: «(...) não se justifica o alarido dos puristas a (...) respeito [do verbo *implementar*]. De facto, o verbo latino *impleo* pode ter um sentido próximo do que hoje se atribui a *implementar*; por outro lado, o nome *implemento*, derivado do nome latino *implementum*, é registado como forma portuguesa por vários dicionaristas, incluindo Moraes e Cândido de Figueiredo. Assim, é perfeitamente normal a derivação de *implementar* a partir de *implemento*, com o valor que lhe é dado. É claro que o que incomoda os ditos puristas é o facto de o verbo ter sido criado no português por influência do inglês, que obviamente tinha gerado as suas formas a partir do latim.»

comum dentro de outros serviços da organização. Há soluções de tradução que se irão repetir, com as necessárias adaptações, em casos análogos, a fim de garantir coerência e uniformidade de terminologia dentro da organização. Algumas regras seguidas foram:

_ sempre que dois cargos apresentam uma relação hierárquica evidente, esta deve ser reproduzida na tradução

Deputy principal legal adviser / consultor jurídico principal adjunto

Principal legal adviser / consultor jurídico principal

_ a designação *officer* é quase sempre traduzida por *responsável* ou omitida na língua de chegada

Senior benefits officer/ Responsável em matéria de prestações (sénior).

Legal and political affairs officer/ Responsável em assuntos jurídicos e políticos

Legal officer / jurista

Assistant legal officer / jurista adjunto

_o atributo *special* deve ser conservado, dado estar relacionado com a natureza temporária do cargo ou com a forma de nomeação

Special Rapporteur on the sale and sexual exploitation of children/ Relator especial para questões relativas à venda e exploração sexual de menores

Special Coordinator on Improving the United Nations Response to Sexual Exploitation and Abuse/
Coordenador Especial para a Melhoria da Resposta das Nações Unidas ao Abuso e Exploração Sexual

_há designações já consagradas em português, como é o caso de *perito associado*, ou *relator nacional*, que devem por isso ser preservadas

Associate Expert on Drug Abuse Affairs/ Perito Associado em Assuntos relacionados com o Abuso de Drogas

_há, por vezes, cargos distintos com a mesma designação; neste caso, deve ser encontrada uma fórmula que funcione para os vários contextos

Benefits assistant / Assistente em matéria de prestações

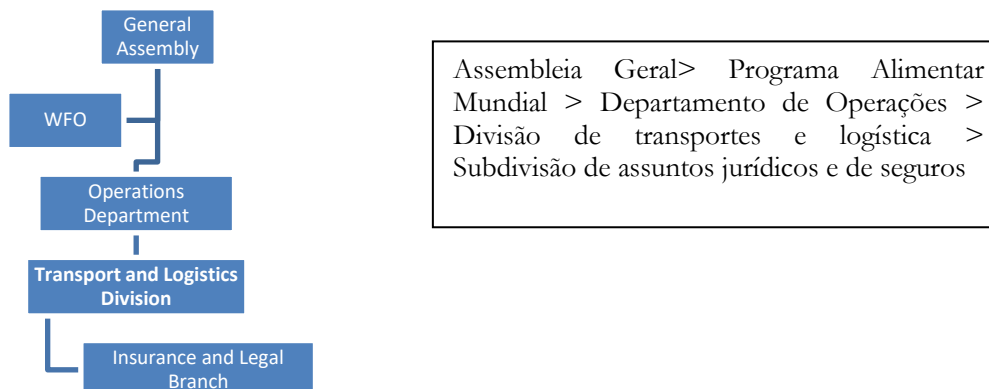
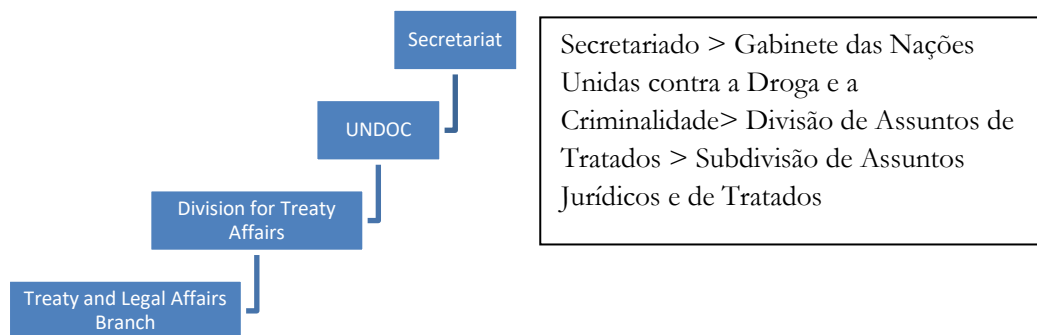
((i) cargo da Divisão de Contabilidade do Gabinete de planificação de programas, finanças e orçamento;

(ii) cargo da Caixa Comum de Pensões do Pessoal das Nações Unidas)

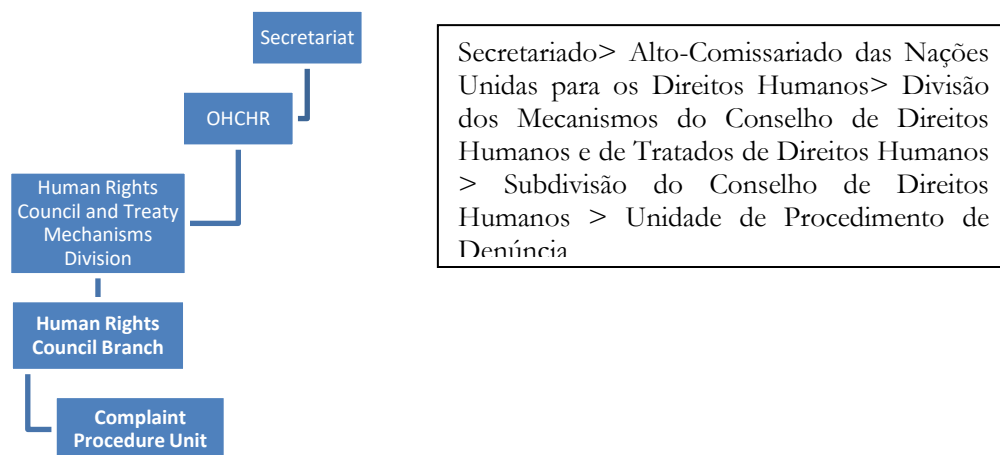
(b) Tradução da designação de serviços e organismos

É essencial compreender o sistema das Nações Unidas para encontrar um equivalente em português que seja simultaneamente adequado e coerente.

Do Secretariado-Geral das Nações Unidas⁵² fazem parte departamentos e gabinetes, que por sua vez se agrupam em divisões, subdivisões e unidades. Consoante o organismo, podemos encontrar ainda serviços e secções. Veja-se o seguinte esquema:



⁵² Cf. http://www.un.org/en/pdfs/18-00159e_un_system_chart_17x11_4c_en_web.pdf



36. Termos com tradição em tradução

A expressão *drug abuse control* é habitualmente traduzida por *luta contra o abuso de drogas*. No entanto, a *CICAD — Inter-American Drug Abuse Control Commission* é traduzida por *Comissão Interamericana para o Controlo do Abuso de Drogas* (IATE, 3)⁵³. No caso do UNTERM, optei por *luta contra o abuso de drogas*.

United Nations Fund for Drug Abuse Control	Fundo das Nações Unidas para a Luta Contra o Abuso de Drogas (IATE, 2)
Inter-Agency Meeting on International Drug Abuse Control	Reunião Interinstitucional sobre a Luta Internacional contra o Abuso de Drogas
Ministerial Conference on Cooperation on Drug Abuse Control	Conferência Ministerial sobre Cooperação na Luta contra o Abuso de Drogas

A tradução de Direitos Humanos *vs.* Direitos do Homem é outro exemplo clássico. A segunda forma, inicialmente adotada por decalque do francês *droits de l'homme*, tem vindo a ser substituída nas redações mais recentes.

⁵³ Ocorrências em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A52014JC0021>; <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=COM%3A2017%3A0195%3AFIN>

Code of Conduct for Special Procedures Mandate-holders of the <u>Human Rights Council</u>	Código de Conduta para Titulares de Mandatos no âmbito de procedimentos especiais do <u>Conselho dos Direitos Humanos</u>
Conference on the Protection of Human Rights in Criminal Justice Proceedings	Conferência sobre a Proteção dos Direitos Humanos no âmbito de processos penais

Em todos os casos, traduzi *human rights* por *direitos humanos*, de acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 39/2013 («Recomendação relativa à adoção por entidades públicas e privadas da expressão universalista para referenciar os direitos humanos»). A dificuldade para o tradutor surge quando a expressão ocorre num contexto em que se faz referência a um determinado diploma legal já consagrado, como é o caso da Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. Neste caso, de acordo com o IATE, é permitido o uso da designação alternativa — convenção europeia dos direitos humanos. Parece-me, no entanto, que, neste caso, a solução adotada deve necessariamente depender do tipo de texto a traduzir, nomeadamente se se trata ou não de um documento oficial, bem como do seu público-alvo.

European Convention on the Transfer of Proceedings in Criminal Matters	Convenção Europeia sobre a Transmissão de Processos Penais (IATE, 2) ⁵⁴
Model Treaty on the Transfer of Proceedings in Criminal Matters	Tratado modelo sobre a <u>transferência de processos penais</u> ⁵⁵
Model Agreement on the Transfer of Proceedings in Criminal Matters	Acordo modelo sobre a <u>transferência de processos penais</u>

No glossário, optei por traduzir *transfer of proceedings* por *transferência de processos*, uma solução comumente adotada, desviando-me portanto daquela que é adotada na Convenção Europeia sobre a Transmissão de Processos Penais.

⁵⁴ Cf. resolução da AR de 1994.

⁵⁵ [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT-EN/TXT/?uri=CELEX:52009IG0912\(01\)&from=EN](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT-EN/TXT/?uri=CELEX:52009IG0912(01)&from=EN)

3.3.3 Questões pragmáticas

37.

Original em português	Tradução	Documento
Desta forma, a indemnização traduz-se na reparação de um dano sofrido, com vista a compensar alguém por um prejuízo ou perda. Exemplo de um processo de indemnização foi o interposto pelos <i>familiares das vítimas de Entre-os-Rios aquando da queda da ponte naquela localidade.</i>	Therefore, this procedure intends to compensate for damages or injuries suffered. An example of a compensation procedure is the one brought by the <i>family members of the victims of the collapsed bridge in Entre-os-Rios, a village in the North of Portugal, in 2001.</i>	Jurislingue

Nos exemplos 37 e 38, empregou-se uma estratégia pragmática de adição de informação, que procura colocar em pé de igualdade o leitor da língua de partida e o leitor da língua de chegada. Nas referidas passagens, foi acrescentada informação pertinente que se presume ser desconhecida pelo leitor da cultura de chegada. No primeiro caso, optou-se por localizar geograficamente a povoação de Entre-os-Rios e por situar temporalmente o colapso da sua ponte.

38.

Original em português	Tradução	Documento
<i>Segundo o Professor Marcello Caetano</i> , este tipo de processo, que se encerra com uma sentença judicial, consiste na fase que se segue à do processo administrativo gracioso (...)	<i>According to politician and administrative law specialist Marcello Caetano</i> , the administrative contentious procedure, which ends with a judgement, follows a non-contentious administrative proceedings (...)	Jurislingue

No caso 38, considerou-se pertinente apresentar brevemente a personalidade política a que se faz referência, num exemplo clássico de estratégia pragmática de adição de informação.

39.

Original em português	Tradução	Documento
<p>Acervo Comunitário</p> <p>Também é constituído por todos os actos adoptados <i>no âmbito do segundo e terceiro pilares da União</i>, assim como por todos os objectivos fixados pelos Tratados. A União atribuiu-se como objectivo a manutenção da integralidade do acervo comunitário e o seu desenvolvimento.</p>	<p>Community <i>acquis</i></p> <p>It also comprehends the acts adopted <i>under the common security and foreign policy and the police and judicial cooperation in criminal matters (former second and third pillars of the EU)</i>, as well as the objectives established in the Treaties. The Union has set itself the objective of maintaining and developing the community <i>acquis</i> as a whole.</p>	<p>Jurislingue</p>

Por vezes, a tradução exigiu um trabalho prévio de edição. Neste caso, a entrada relativa ao acervo comunitário foi atualizada, incluindo a menção aos antigos pilares da UE.

Revisão do texto português: «Também é constituído por todos os atos adotados no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e da Cooperação política e judiciária em matéria penal (antigos segundo e terceiro pilares da União), assim como por todos os objetivos fixados pelos Tratados. A União atribuiu-se como objetivo a manutenção da integralidade do acervo comunitário e o seu desenvolvimento.»

40.

Original em português	Tradução	Documento
<p>As custas judiciais traduzem-se no somatório de todas as despesas que as partes são obrigadas a fazer para a condução do processo em tribunal, e compreendem a taxa de justiça e os encargos. Estas não são pagas de uma só vez, mas sim ao longo do processo. <u>Estas importâncias que</u></p>	<p>Court fees entail the sum of all expenses parties have to cover during legal proceedings, and include judicial fees and further procedural charges. They are not paid out as a lump-sum, but rather throughout the case. <u>Some sums —</u> <i>«preparos» — are required of the</i></p>	<p>Jurislingue</p>

<u>vão sendo exigidas às partes a título de antecipação de custas, antes de chegar a altura em que estas devem ser contadas e satisfeitas, chamam-se preparos.</u>	<u>parties as prepayment of court fees.</u>	
--	---	--

As intervenções feitas em 40 e 41 (abaixo), nomeadamente a opção pelo uso de palavras estrangeiras com uma formatação que as destaca, indicam ao leitor que está inequivocamente na presença de um texto traduzido. Esta é a solução tipicamente adotada sempre que o conteúdo do texto diz respeito às palavras em si, não bastando, portanto, uma paráfrase. Trata-se não apenas de traduzir uma ideia ou mensagem, mas de dar a conhecer a palavra: é uma solução que procura suprir uma necessidade específica do leitor Jurislingue. É também observável, adicionalmente, uma simplificação da informação traduzida em 40: *a título de antecipação de custas > as prepayment of court fees* — estratégia semântica de mudança de distribuição; *vão sendo exigidas > are required* — há uma ideia de gradualidade, ou mudança ao longo do tempo (muito peculiar à forma portuguesa *ir* + gerúndio) que fica por traduzir. Pareceu-me que, neste caso, introduzir sem mais a ideia de “gradualidade”, sem explicar como são calculados os preparos, apenas tornaria o texto mais complexo ao leitor que desconhece o sistema judicial. Este é um dos exemplos em que houve mais intervenção e liberdade por parte do tradutor.

41.

Original em português	Tradução	Documento
Decisão judicial Em termos jurídicos, por decisão judicial entende-se o mesmo que sentença, se for emanada de um juiz singular, e acórdão, se aquela provier de um tribunal coletivo.	Judicial Decision In legal terms, a judicial decision is a judgment issued by a single judge — «sentença» —, or by a panel of judges — «acórdão».	Jurislingue

Tal como no caso 40, neste caso verifica-se o uso de uma estratégia pragmática de mudança de visibilidade. A presença do tradutor é evidente pela ocorrência de termos do TP e pelo uso de aspas e travessões que permitem, apesar de tudo, manter a fluidez do texto.

Conclusão

Este relatório foi o resultado não apenas do trabalho de tradução desenvolvido em contexto de estágio, mediante a seleção e a tipificação e análise de casos práticos, mas também de uma reflexão teórica sobre a prática da tradução jurídica e áreas afins.

Tratando-se de um relatório de estágio, o *corpus* deste trabalho foi determinado desde logo pelas tarefas que me foram atribuídas durante o estágio. O tipo de casos selecionados para análise foi, por outro lado, também fortemente condicionado pela natureza da tradução praticada.

No caso da tradução de instrumentos internacionais, de notificações e outros documentos, a tradução seguiu quase sempre um formato específico, nomeadamente no que se refere à estruturação e formatação. A tradução deste tipo de documento foi, contudo, extremamente desafiante, dada a necessidade de manter a consistência de vocabulário entre documentos, sem recorrer a um glossário ou base de dados que permita a verificação de equivalentes.

No caso específico do Jurislingue, a principal dificuldade advém da necessidade de oscilar entre soluções explicativas e soluções de equivalente conhecido, com vista a suprir as necessidades de vários tipos de leitor, seja o jurista, em busca de equivalentes entre diferentes sistemas jurídicos, seja o tradutor, em busca de uma introdução a um tema jurídico ou de um equivalente. O trabalho realizado no âmbito projeto permitiu-me explorar as dificuldades e particularidades da tradução não apenas entre sistemas jurídicos diferentes, mas também da tradução para língua não materna.

No que diz respeito à tradução de termos para o glossário Unterm, a tradução foi sobretudo desafiante pelo contexto por vezes insuficiente em que estes surgiam. A falta de contexto determinou, por exemplo, a necessidade de uma solução de tradução mais abrangente, menos específica. Igualmente desafiante se revelou a tradução de termos referentes a realidades internacionais que não têm par na cultura de chegada.

Concluí que o conhecimento das questões teóricas da área de tradução jurídica ajudam o tradutor a ganhar consciência das várias camadas do texto e a valorizar o processo de tradução enquanto processo em si. Mais do que procurar um resultado concreto – a seleção de um equivalente, a reprodução de um registo, entre outros –, o tradutor deve conhecer o processo e compreendê-lo para a partir dele poder tomar decisões sustentadas e criar analogias entre soluções.

A seleção de casos procurou ser representativa do tipo de problemas ou questões trabalhadas em contexto de estágio. A tipificação dos casos de acordo com as propostas de Chesterman permitiu-me analisá-

los de forma sistemática: encontrar semelhanças entre problemas de tradução e garantir a adoção de uma solução coerente.

Gostaria de referir que o estágio constituiu uma excelente oportunidade para pôr em prática conhecimentos apreendidos durante a componente letiva do mestrado e, simultaneamente, ter contacto com uma unidade de tradução do setor público, e naturalmente aprender com profissionais da tradução em contexto real de trabalho.

Bibliografia

Albi, A. (2005). «¿Es posible traducir realidades jurídicas? Restricciones y prioridades en la traducción de documentos de sucesiones británicas al español». In Monzó, E., Borja, A. (Eds.) *La traducción y la interpretación en las relaciones jurídicas internacionales* (colección «Estudis sobre la traducció», n.º 13, pp. 65-89). Castellón: Publicaciones de la Universitat Jaume I.

Asensio, R. M. (2005). «¿Cuánto derecho debe saber el traductor jurídico?». In Monzó, E., Borja, A. (Eds.) *La traducción y la interpretación en las relaciones jurídicas internacionales* (colección «Estudis sobre la traducció», n.º 13, pp. 107-111). Castellón: Publicaciones de la Universitat Jaume I.

Baker, M. (Ed.) (1998). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge.

Brownlie, S. (1999). «Investigating Norms». Disponible en: <https://www.arts.kuleuven.be/cetra/papers/files/brownlie-1999.pdf>.

Byrne, J. (2006). *Technical Translation. Usability Strategies for Translating Technical Documentation*. Dordrecht: Springer.

Cabré, M. T. (2010). «Terminology and translation» In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (1.º vol., pp. 356-365). Amsterdam: John Benjamins.

Calleja, M. A. (1994). *Traducción jurídica: inglés – español*. Madrid: UNED.

Cao, D. (2007). «Legal translation: Translating legal language». In Malcolm Coulthard, M., Johnson, A. (Eds.) *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics* (pp. 78-91) Nova Iorque: Routledge.

Cao, D. (2007). *Translating Law*. In Bassnett, S., Gentzler, E. (Eds) *Topics in Translation* 33. Clevedon: Multilingual Matters.

Cao, D. (2010). «Legal Translation». In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (1º vol., pp. 191-195). Amsterdam: John Benjamins.

Cao, D. e Zhao, X. (2008). «Translation at the United Nations as Specialized Translation» in *The Journal of Specialised Translation*. Disponible en: https://www.jostrans.org/issue09/art_cao.pdf

Capellas, C. (2001). «El proceso de traducción y el papel de la terminología en el sistema de las Naciones Unidas». Disponible en: <https://ddd.uab.cat/pub/tradumatica/15787559n0/15787559n0a7.pdf>

Čavoški, A. (2012). «Interaction of law and language in the EU: Challenges of translating in multilingual environment», *The Journal of Specialised Translation*, 27. Disponível em: http://www.jostrans.org/issue27/art_cavoski.pdf

Chaves de Mello, M. (2008). Dicionário Jurídico Português-Inglês e Inglês-Português (4.^a edição). Lisboa: Dinalivro.

Chesterman, A. (2016) *Memes of Translation: The Spread of Ideas in Translation Theory*. Revised edition. Amsterdam: John.

Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia (2015). Guia do Tradutor, 3.^a edição. Disponível em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf.

Enberg, J. (2013). «Comparative Law for Translation: The Key to Successful Mediation between Legal Systems». In Albi, A. B., Prieto Ramos, F. (Eds.). *Legal translation in context: professional issues and prospects*. Oxford: Peter Lang.

Favila-Vieira, S. (2012). «O Exercício de Tradução nos Instrumentos Internacionais», *Anuário Português de Direito Internacional* (pp. 73-95). Lisboa: Edições Almedina.

Favila-Vieira, S. e Faca, J. F. «Jurislingue — um dicionário jurídico multilingue electrónico», *a folha*, n.º 35, pp. 22-25. Disponível em: http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_pt.pdf, consultada em 17/04/2018.

Garrido Nombella, R. (2013). «Translation for Government Departments: The Case of the Spanish Ministry of Foreign Affairs and Co-Operation». In Albi, A. B., Prieto Ramos, F. (Eds.) *Legal translation in context: professional issues and prospects*. Oxford: Peter Lang.

Gémar, J. (2005). «La asimetría cultural y el traductor jurídico. El lenguaje del derecho, la cultura y la traducción». In Eds. Monzó, E., Borja, A. *La traducción y la interpretación en las relaciones jurídicas internacionales* (colección «Estudis sobre la traducció», n.º 13, pp. 33-60). Castellón: Publicaciones de la Universitat Jaume I.

Gouveia de Andrade, M. P. (2008). *Dicionário Jurídico Português - Inglês / Inglês – Português* (4.^a Edição Revista e Aumentada). Lisboa: Quid Juris.

House, J. (2013). «English as a lingua franca and translation». In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (4.^o vol., pp. 59-62). Amsterdam: John Benjamins.

Kenny, D. (1998). «Equivalence». In *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (pp. 77-80) London: Routledge.

Koskinen, K. (2011), «Institutional translation». In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (2.º vol., pp. 54-60). Amsterdam: John Benjamins.

Mara, M. (2017). «Ensuring quality in legal translation by 3 parties — governments, courts and translators». *JoSTrans: The Journal of Specialized Translation*, (n.º 27). Disponível em: http://jostrans.org/issue27/art_hara.php, em 17/04/2018.

Melby, Alan K. (2012). «Terminology in the age of multilingual corpora». In *JoSTrans: The Journal of Specialized Translation* (n.º 18). Disponível em: http://jostrans.org/issue18/art_melby.php, em 17/04/2018.

Melo Franco, J., Antunes Martins, H. (1995) *Dicionário de Conceitos e Princípios Jurídicos*-Coimbra: Livraria Almedina.

Merkle, D. (2013). «Official translation». In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (4.º vol., pp. 119-122). Amsterdam: John Benjamins.

Meylaerts, R. (2010). «Multilingualism and translation». In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (1.º vol. pp. 227-230). Amsterdam: John Benjamins.

Meylaerts, R. (2011). «Translation policy». In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (2.º vol. pp. 163-168). Amsterdam: John Benjamins.

Móia, T. (2014). «Construção de textos: gramaticalidade, coesão e coerência», *Revista do CEJ* (II, pp. 271-279). Lisboa: Edições Almedina.

Moura Vicente, D. (2009). «O lugar dos sistemas jurídicos lusófonos entre as famílias jurídicas» in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque* (2010) (pp. 401-429) Coimbra. Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Vicente-Dario-O-lugar-dos-sistemas-juridicos-lusofonos-entre-as-familias-juridicas.pdf>. Consultado em 16/05/2019

Munday, J. (2001). *Introducing Translation Studies. Theories and applications*. 2.ª edição 2018. London: Routledge.

Newmark, P. (1988). *A Textbook of Translation*. New York: Prentice Hall.

Nida, E. e Taber, E. (1982). *The theory and practice of translation*. Leiden: E. J. Brill.

Nord, C. (1997). *Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained*, 2.ª edição 2018. London: Routledge.

Nord, C. (2010). «Functionalist approaches». In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (1º vol., pp. 120-128). Amsterdam: John Benjamins.

Noronha, D. (2006). *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Observador Legal Editora.

Peres, J. A. e Móia, T. (1995). *Áreas críticas da língua portuguesa*, Lisboa: Caminho.

Pokorn, Nike K. (2004). «Challenging the myth of native speaker competence in translation theory». In Hansen, G., Malmkjær, K., Gile, D. (Eds.) *Claims, Changes and Challenges in Translation Studies*. Amsterdam: John Benjamins.

Pokorn, Nike K. (2011). «Directionality». In Gambier, Y., Doorslaer, L. (Eds.). *Handbook of Translation Studies* (2º vol., pp. 37-39). Amsterdam: John Benjamins.

Pym, A. (2001). «Translation and International Institutions. Explaining the Diversity Paradox». Disponível em: <http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/translation/diversity.html>

Pym, A. (2008). Translation vs. Language Learning in International Institutions. Explaining the Diversity Paradox. Disponível em: http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/translation/2008_diversity_paradox.pdf

Rodrigues, Maria da Conceição (2005). *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interação verbal na sala de audiências*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Šarcevic, S. (2000) «Legal Translation and Translation Theory: a Receiver-oriented Approach». Disponível em: <https://www.tradulex.com/Actes2000/sarcevic.pdf>

Schäffner, C. (1998). «Skopos Theory». In Baker, M. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge.

Schubert, K. (2010) «Technical Translation». In Gambier, Y, Doorslaer, L. (Eds.) *Handbook of Translation Studies* (vol- I, pp. 350 e ss.). Amsterdam: John Benjamins.

Sosoni, V. (2011), «Training translators to work for the EU institutions: luxury or necessity?», *The Journal of Specialised Translation*, n.º 16. Disponível em: https://www.jostrans.org/issue16/art_sosoni.pdf.

Toury, G. (1995) *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam: John Benjamins.

Vesterager, A. K. (2017) «Explicitation in legal translation — a study of Spanish-into-Danish translation of judgments». In JoSTrans: The Journal of Specialized Translation (n.º 27). Disponível em: http://jostrans.org/issue27/art_krogsgaard.php, em 17/04/2108.

Zhao, X. e Cao, D. (2013). «Legal Translation in the United Nations». In Albi, A. B., Prieto Ramos, F. (Eds.). *Legal translation in context: professional issues and prospects*. Oxford: Peter Lang.